

CHAMADA DE TRABALHOS

16º Seminário Docomomo Brasil

02 a 05 de dezembro de 2025

Porto Alegre, Brasil

O DOCOMOMO Brasil está abrindo chamada de trabalhos para as 41 sessões aprovadas do seu 16º seminário nacional bienal, que acontecerá em Porto Alegre, Brasil, de 02 a 05 de dezembro de 2025. **Envie resumo conforme diretrizes abaixo, até às 23h59 (BRT) de 25 de julho de 2025.**

Diretrizes para submissão:

1. Os proponentes das sessões aprovadas atuarão como seus coordenadores, podendo submeter proposta de trabalho à sessão que não a sua.
2. Os resumos devem ter entre 500-800 palavras.
3. O título não pode exceder 65 caracteres, incluindo espaços e pontuação.
4. Os resumos e títulos devem seguir o *Chicago Manual of Style*.
5. Apenas um resumo por pessoa, seja como autor ou coautor, pode ser submetido.
6. Será aceito um máximo de dois (2) autores por resumo.

Importante: Coordenadores de sessão devem quitar sua inscrição na plataforma *even3* no período de 15 de julho a 30 de julho. Instruções para tanto serão oportunamente divulgadas. A inscrição como coordenador de sessão isenta de pagamento adicional como autor de trabalho. Os autores de trabalhos aprovados serão anunciados em 16 de agosto e seus autores devem quitar sua inscrição entre 16 de agosto a 15 de setembro, para participar do evento. Tipos e valores de inscrição serão postados na semana próxima e se farão na plataforma *even3*.

LISTA DAS SESSÕES 2025

1. arquitetura moderna hospitalar: projetos, acervos e patrimônio
2. espetáculo expositivo, direção feminina, lina por exemplo
3. arquitetura residencial e escolar, empresa conjugal
4. espaços do ócio: turismo, arquitetura e infraestrutura na modernidade
5. ensino do moderno na arquitetura como proposta para o século XXI
6. o moderno a partir e por meio do contemporâneo: o agora e o porvir
7. origens tropicais da arquitetura moderna
8. arquitetura antropofágica: relação arcaico-moderno na formação do modernismo brasileiro
9. patrimônio da Amazônia em debate
10. arquitetura para a sociedade a partir do estado
11. arquitetura moderna em tempos da cólera
12. a Petrobrás é nossa
13. reconstrução de lugares entre arte e arquitetura
14. painéis artísticos e arquitetura moderna brasileira
15. arquitetura como personagem. o poder narrativo do espaço construído no cinema
16. o olhar direcionado: reenquadrando a arquitetura moderna
17. palavras e obras: relações entre teoria e projeto a partir de 1960
18. América(s) em trânsito. rotas continentais em arquitetura (1900-1970)
19. viagens e arquitetura
20. reinterpretar a arquitetura e o urbanismo modernos: uma missão possível
21. arquitetura, urbanismo, e a diversidade da experiência moderna Brasil
22. continuidade da arquitetura moderna no Brasil
23. a arquitetura e o urbanismo no Brasil após 1960: pluralismo e sensibilidade pós-moderna

24. como se fez arquitetura no brasil depois da arquitetura moderna brasileira
25. edifícios em áreas centrais das cidades brasileiras
26. a dimensão urbana do edifício residencial moderno
27. cidades universitárias como estruturas urbanas, 1930-70
28. inovação e desenvolvimento: arquitetura moderna e pré-fabricação no brasil 1920-2020
29. arquitetura como estrutura qualificada
30. 1960-70: novas estratégias tectônicas para uma arquitetura pós-brasília
31. deus ex machina: monumentalidade e engenharia avançada
32. depois dos pilotis: uma estratégia projetual em 100 anos de arquitetura brasileira
33. a casa moderna como museu de si mesm
34. impurezas no mundo moderno
35. o futuro do pretérito: projetos, concursos e realidades (im)possíveis
36. em papel e digital: arquivos, acervos e documentação
37. coisas do paulo
38. reformas notáveis em contextos ordinários
39. arquitetura moderna e estratificação: a transformação como valor
40. arquitetura sob ameaça: demolições e resistências na salvaguarda do patrimônio moderno
41. reabilitar para habitar: o patrimônio construído dos centros brasileiros

DESCRIÇÃO DAS SESSÕES

01A

ARQUITETURA MODERNA HOSPITALAR: PROJETOS, ACERVOS E PATRIMÔNIO

Renato Gama-Rosa Costa gamarosacosta@gmail.com

Ana Amora aaamora@fau.ufrj.br

O estudo da tipologia hospitalar como um importante contributo aos estudos da modernidade está cada vez mais latente nas pesquisas de arquitetos, urbanistas, engenheiros e historiadores. A importância de se estudar esta tipologia está em se debater como os projetos para a saúde responderam aos desafios sociais e científicos demandados para sua realização, em plena modernidade da primeira metade do século XX. A arquitetura moderna da área da saúde é um programa de modernidade e inovação que norteou a concepção da arquitetura moderna. Esta sessão busca ser um espaço de discussão dessa temática no âmbito do Docomomo Brasil, que tem recebido estudos em seus seminários, desde particularmente o *Homework* elaborado para o Docomomo Internacional intitulado “*Health and Modern Architecture*”, entre 2011 e 2012. A partir dessa importante iniciativa, as preocupações quanto à conservação, proteção patrimonial e identificação de acervos relativos a essa tipologia do movimento moderno têm sido contempladas por pesquisadores de diferentes áreas, entre instituições públicas, privadas e autônomas. Orientados pela medicina, os projetos para edificações de saúde procuraram trazer, em sua essência, respostas concretas cujas marcas ainda estão em nossas cidades e no nosso cotidiano cidadão. Ao mesmo tempo que configuram importantes contribuições à arquitetura moderna, sua conservação e preservação enfrenta os desafios inerentes a qualquer obra do período, acrescidos das preocupações quanto à manutenção de seu uso e características construtivas originais. Devido às necessidades espaciais e às demandas tecnológicas, a transformação, a desativação ou a demolição são uma certeza. Vale lembrar que na Holanda, com a iminente destruição do sanatório Zonnestraal, surgiu a oportunidade de criar o Docomomo Internacional no ano de 1988, evidenciando o quão necessário é pensar na proteção e valorização desta tipologia entre as diretrizes da preservação do Movimento Moderno. Apesar dessa origem, sentimos

que a arquitetura hospitalar moderna ainda não foi devidamente estudada no Brasil, embora recentes contribuições estejam surgindo de diferentes partes do país. Se um hospital precisa continuar sendo útil ao que foi demandado para sua construção, deve-se apostar na tecnologia em detrimento da conservação de seu projeto original? Ou deve-se preservar suas características arquitetônicas originais que justificaram a relevância de seu projeto para a história da arquitetura, e rever seu uso? Como conciliar tais desafios? O diálogo é necessário e cada vez mais urgente. Nesse sentido, a preservação de acervos de arquitetura e engenharia da saúde do período moderno se faz cada vez mais presente, indicando atitudes mais atentas das instituições de preservação e salvaguarda como contribuição à proteção patrimonial dos espaços de saúde. Esta sessão estabelece como objetivos reconhecer os edifícios modernos de saúde como uma tipologia moderna que ainda precisa ser compreendida como parte dos ideais do Movimento Moderno; identificar os edifícios modernos de saúde como sujeitos a contínuas transformações espaciais e reconhecê-los como edifícios paradigmáticos para discutir estratégias de conservação e reabilitação dentro da ideologia do Movimento Moderno; e, por fim, identificar as características singulares dos projetos, a forma, a tecnologia e o conhecimento como base para a definição das estratégias de intervenção.

02A

ESPETÁCULO EXPOSITIVO, DIREÇÃO FEMININA, LINA POR EXEMPLO

Suely Puppi suelypuppi@uol.com.br

Lina Bo Bardi (1914 - 1992) criou seu primeiro projeto expositivo, uma mostra de tecidos e cortinas, no Palazzo dell'Arte della Triennale di Milano. A lista de projetos realizados logo no Brasil não é extensa, mas sua relevância é indiscutível no trato de um programa cujo prestígio se firma desde a segunda metade do século XX.

A primeira sede do Museu de Arte de São Paulo (1947) é reforma dos interiores de edifício inacabado de estilo "ecletico-acadêmico", como diria Lucio Costa. A segunda sede, concepção integral e radicalmente moderna (1957 - 1968), é monumento consagrado tanto nacional quanto internacionalmente.

Lina pioneira como autora singular não é mais única. Outras arquitetas comandaram com brilho o espetáculo expositivo desde então, fazendo não só obra nova permanente ou efêmera como reuso adaptativo, em diferentes escalas, tanto no Brasil quanto no exterior. A sessão quer apresentar e discutir um conjunto de estudos de caso que, sob direção feminina como a de Lina, exemplifique rigor, vigor e elegância comparáveis no desafio de estereótipos.

03A

ARQUITETURA RESIDENCIAL E ESCOLAR, EMPRESA CONJUGAL

Suelen Camerin suelen@castrocamerin.com

A quantidade de mulheres no Norte Global que compartilham com seus maridos o comando de firmas de arquitetura moderna proeminentes é expressiva. Os exemplos incluem Jane Drew (n. 1911) e Maxwell Fry (n. 1899), vinculados ao grupo MARS, e Alison (n. 1928) e Peter Smithson (n. 1923), fundadores do TEAM X e referência para outro casal célebre, Denise Scott Brown (n. 1931) e Robert Venturi (n. 1925) - mesmo que Scott Brown tenha sido injustamente esquecida quando Venturi ganhou o Prêmio Pritzker, em 1991. Levou trinta anos para que o prêmio criado em 1979 fosse dado a um casal - os japoneses da SANAA Kazuyo Sejima (n. 1956) e Ryue Nishizawa (n. 1966), em 2010. Mas levou só mais uma década para que a francesa Anne Lacaton (n. 1955) o recebesse ao lado do marido, Jean Philippe Vassal (n.1954).

Programas residenciais e educacionais são frequentes na obra desses casais - casas, edifícios de apartamentos, moradias estudantis, escolas, campus universitários - coincidentemente (ou não), temas que remetem às responsabilidades historicamente imputadas às mulheres - o

cuidado da casa, os afazeres domésticos, a criação dos filhos e a alfabetização das crianças. Os edifícios de habitação que Drew e Fry desenharam para Chandigarh (1951-53) e o Campus da Universidade de Ibadan (1948-58) na Nigéria se destacam na sua trajetória, assim como a Escola em Hunstanton (1949-54) e o conjunto habitacional Robin Hood Gardens (1969-72) são relevantes para a carreira dos Smithson. Edifícios universitários e muitas residências são importantes no currículo de Venturi e Scott Brown, assim como no de casais americanos mais novos, como Billie Tsien (n. 1949) e Tod Williams (n. 1943), Elizabeth Diller (n. 1954) e Ricardo Scofidio (n. 1935), Sharon Johnston (n. 1965) e Mark Lee (n. 1967).

No Sul Global a situação não parece diferente. Embora o chinês Wang Shu (n. 1965) tenha recebido o seu Pritzker individualmente em 2012, isso se deu porque sua parceira na vida e na Amateur Architecture Studio, Lu Wenyu (n. 1967), não quis a honraria. O campus da China Academy of Art (2002-04) é um dos projetos mais reconhecidos da dupla. O edifício de salas de aula da Universidad de Piura (2016) deu ao casal peruano Sandra Barclay (n. 1967) e Jean Pierre Crousse (n. 1963) o MCHAP de 2018. De fato, *Parejas parejas* é o título provocativo do nº. 194 da revista argentina Summa+ em 2020. Esta sessão segue a mesma trilha. Está interessada em trabalhos que analisem criticamente projetos assinados por mulheres sócias de firmas conjugais, em uma relação que implica paridade e não subordinação e descarta situações de colaborações específicas e eventuais. O foco pode estar em uma obra ou conjunto de obras, obrigatoriamente residenciais ou educacionais, construídas nos países do Sul Global, e o objetivo recorrente é desmentir estereótipos.

04A

ESPAÇOS DO ÓCIO:

TURISMO, ARQUITETURA E INFRAESTRUTURA NA MODERNIDADE

Ricardo Paiva ricardopaiva@ufc.br ricardopai@gmail.com

O advento das práticas socioespaciais de lazer e turismo no contexto da modernidade, sobretudo a partir de meados do século XX, intensificou os fluxos, usos e apropriações do território e da arquitetura. Nesse cenário de crescente complexidade, é importante ressaltar que o "espaço turístico" se insere no processo de produção e consumo do espaço vinculado à reprodução da acumulação capitalista, uma vez que sua incidência espacial coincide com outras práticas sociais. Entretanto, o turismo redimensiona e cria novos usos e apropriações em diversas escalas territoriais, com implicações diretas na produção da arquitetura e na construção de infraestruturas destinadas ao ócio, além de atuar como indutor de processos de urbanização.

A relação entre o turismo, a arquitetura e as infraestruturas se espacializa a partir dos principais serviços necessários à sua viabilização: meios de hospedagem (hotéis, pousadas, albergues, colônias de férias, balneários, etc.), meios de transporte (infraestruturas viárias, terminais de passageiros, estações, etc.) e atrativos turísticos (intervenções em ambientes naturais e distintos atrativos turísticos construídos).

Assim, as práticas de lazer e turismo impõem novas exigências programáticas, espaciais, funcionais e formais para sua fruição, inserindo-se em um processo socioespacial mais amplo, relacionado à urbanização turística — impulsionada pelo lazer e pelo consumo — distinta da urbanização industrial, atrelada ao trabalho e à produção. A disseminação das práticas socioespaciais do ócio na modernidade coincide com o desenvolvimento e afirmação do Movimento Moderno. Nesse sentido, a arquitetura e as infraestruturas turísticas da modernidade são simultaneamente condição e produto da modernização.

Diante do exposto, cabe questionar: como as práticas sociais (econômicas, políticas e cultural-ideológicas) do ócio (turismo e lazer) na modernidade se relacionam dialeticamente com a produção da arquitetura e das infraestruturas modernas? Qual o lugar desses "espaços do ócio" na historiografia do Movimento Moderno? Qual o legado histórico e cultural, bem como

os desafios relacionados à documentação, conservação e intervenção desse/nesse acervo, face às novas dinâmicas urbanas e turísticas contemporâneas?

O objetivo desta sessão é promover e ampliar o debate sobre a relação entre o turismo, a produção da arquitetura moderna e a provisão de infraestruturas na modernidade, enfatizando a dimensão cultural, histórica e contemporânea ("o futuro do passado") desses "espaços do ócio".

A relevância da sessão fundamenta-se em alguns aspectos, a saber: a escassez de pesquisas sobre a relação entre turismo, arquitetura e infraestruturas na modernidade, sobretudo no Brasil — o que torna essa discussão uma contribuição importante para a historiografia do Movimento Moderno, ao valorizar essa produção, seus agentes e sua memória — e a necessidade de discutir como as transformações e dinâmicas socioespaciais contemporâneas têm ameaçado, de forma progressiva e acelerada, a manutenção e conservação desse importante legado.

Por fim, a sessão acolhe trabalhos que problematizem a documentação, conservação e intervenção nos "espaços do ócio", expressos nas distintas tipologias arquitetônicas e infraestruturas modernas destinadas às atividades turísticas em diferentes escalas.

05B

ENSINO DO MODERNO NA ARQUITETURA COMO PROPOSTA PARA O SÉCULO XXI

Monica Camargo junqueira.monica@usp.br

Sabrina Studart Fontenele Costa sabrina.fontenele@gmail.com

As intrincadas relações entre a arquitetura moderna e o seu passado constituem um fértil campo de investigações e revisões. Inicialmente marcada por uma negação da história em prol do avanço, a arquitetura moderna transitou pelo ecletismo historicista das primeiras décadas do século XX, para posteriormente incorporar as raízes culturais, especialmente na produção latino-americana a partir dos anos 1930. Sua inserção como conteúdo didático nas disciplinas de história da arquitetura, a partir da década de 1960, e a sua consolidação como campo de pesquisa com a criação dos programas de pós-graduação nos anos 1970 pavimentaram o caminho para uma revisão crítica à luz das pautas contemporâneas.

Considerando o tema do 16º Seminário Docomomo Brasil, o debate sobre o papel da arquitetura moderna na formação profissional do século XXI revela-se não apenas oportuno, mas essencial. Se, por um lado, o vasto legado de obras e projetos modernos continua a inspirar e servir como referência fundamental para as novas gerações de arquitetos e urbanistas, por outro, a historiografia desse período tem sido objeto de críticas significativas.

A leitura atenta da produção crítica e historiográfica dos autores modernos assume um papel crucial para a análise das questões e das obras contemporâneas. Como pertinentemente nos alertou Denis Diderot, é a prática que invariavelmente precede e fundamenta a teoria. A historiografia da arquitetura moderna, em suas múltiplas dimensões – seja no conteúdo abordado, nas metodologias empregadas ou nas teorias propostas – pode oferecer uma contribuição rica e indispensável à formação profissional. Trata-se de um conjunto de autores nacionais como Lúcio Costa, Paulo Ferreira Santos, Sílvio Vasconcellos, Henrique Mindlin e Carlos A. C. Lemos, e de pensadores estrangeiros de igual importância, como Nikolaus Pevsner, Bruno Zevi, Manfredo Tafuri, Marina Waisman, Kenneth Frampton, William Curtis, Jean Louis Cohen e Josep Maria Montaner.

Esta proposta busca levantar e aproximar experiências que garantam uma revisão crítica consistente e fundamentada e estabeleça um diálogo profícuo entre o legado desses autores clássicos e a produção intelectual da geração contemporânea, representada por nomes como Adrián Gorelik, Miwon Kwon, Ynaê Lopes dos Santos, Luis Fernando Lara, Ruth Verde Zein, Ailton Krenak, Grada Kilomba, Nego Bispo de maneira a

garantir avanços significativos e enriquecedores para o campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo.

Levantamos algumas questões para os envolvidos com o ensino e a prática da arquitetura: como podemos, de maneira mais eficaz e engajadora, apresentar e discutir o legado da arquitetura moderna na formação dos profissionais do século XXI? Que novas perspectivas e releituras podem surgir de um encontro renovado com os textos e as obras que fundamentaram o pensamento arquitetônico moderno? Que tipo de diálogo crítico e construtivo podemos estabelecer entre as lições do passado e os desafios urgentes do presente e do futuro? Este painel propõe-se a convidar docentes e pesquisadores a refletir de maneira coletiva sobre o papel do ensino da arquitetura moderna na construção de um futuro mais consciente e engajado com a nossa própria história.

06B

O MODERNO A PARTIR E POR MEIO DO CONTEMPORÂNEO: O AGORA E O PORVIR*

Ana Paula Polizzo polizzo@fau.ufrj.br

Manuella Marianna Carvalho Rodrigues de Andrade manuella.andrade@fau.ufal.br

O presente, assim como o tempo, são categorias históricas complexas e dinâmicas. Não são um simples instante, mas sim um campo de tensões e confluências. Reinhart Koselleck (2006, p.15) investiga “um determinado tempo presente [pela forma como] a dimensão temporal do passado entra em relação de reciprocidade com a dimensão temporal do futuro”, sugerindo que o futuro é pelo horizonte da expectativa concebido no passado pelo espaço de experiências. O determinado tempo presente de investigação de Koselleck é o início dos tempos modernos. Por outra lente, não necessariamente divergente, Agnes Heller (1993) conduz uma reflexão sobre a consciência histórica. O presente é uma condição, o “agora”. Uma fronteira tênue e flexível que transforma o presente no passado – objeto da memória – e o futuro em presente – o que está porvir. O “agora” contém o “agora mesmo” que denota uma ação propositiva. A reflexão de Heller nos coloca diante das questões “de onde viemos, o que somos e para onde vamos”. Instigados por esses autores, essa sessão temática convida a repensar a arquitetura moderna a partir e por meio da arquitetura contemporânea do sul global, sugerindo como tempo presente o agora: o primeiro quarto do século XXI. Se os modernos são o passado – a experiência – e estão no futuro – a expectativa, como o presente agora incita descontinuidades, desvios ou mesmo entrincheira a continuidade do moderno no século XXI? Em que medida o projeto de ideal moderno persiste de forma crítica ou afirmativa, na produção arquitetônica atual? De que maneira releituras críticas dos métodos e atualizações dos valores da arquitetura moderna contribuem com o enfrentamento aos novos paradigmas urbanos, tecnológicos e sociais do mundo contemporâneo? Esperamos a apresentação de pesquisas que suscitem reflexões capazes de: deslocar os debates dos centros hegemônicos e consolidados; tensionar fronteiras espaciais, geográficas, culturais, epistemológicas; desafiar, diversificar e questionar cânones estabelecidos; e dar partida ou suscitar uma tomada de consciência do devir histórico contemporâneo. Aqui, o devir não parte das relações culturais, expressas por sistemas de crenças, valores e instituições, mas de uma cultura aberta às relações entre diferenças e multiplicidades. Nos interessam as tessituras culturais dos diversos presentes que agem pelo ato de interpretação e crítica, podem apontar, não só para o passado, mas também para distintos e divergentes futuros da arquitetura.

07C

ORIGENS TROPICAIS DA ARQUITETURA MODERNA

Ruth Verde Zein rvzein@gmail.com

Marcos Paulo Cereto mcereto@ufam.edu.br

A arquitetura dos trópicos inspirou, desde as origens, os ideais da Modernidade. No século 18 a invocação de uma idealizada 'cabana primitiva' edênica e tropical serviu de alavanca para superar a tradição em busca de autenticidade, alimentando-se a seguir das "descobertas" dos viajantes naturalistas, em suas andanças pelos Trópicos. Obra inaugural da modernidade, o Palácio de Cristal de Paxton é uma estufa de vegetação tropical, redimensionada, exibindo (e simbolicamente se apropriando) a rica diversidade material e cultural dos trópicos. Nela, uma "cabana das Caraíbas" iluminou e potencializou as teorias de Semper, que passou a validar o conhecimento técnico da construção como parte essencial da concepção da arquitetura moderna, e a montagem leve com paramentos diáfanos como seu corolário. Quando reexaminada de maneira crítica, com base em acontecimentos e datas, e sem os vieses eurocêntricos das narrativas historiográficas canônicas, evidencia-se uma constatação simples e potencialmente transformadora: a arquitetura moderna tropical não é, nunca foi, uma derivação menor a posteriori, e sim uma legítima contribuição primordial e original que ajudou a edificar os fundamentos da Arquitetura Moderna. Os Trópicos, suas arquiteturas, influenciaram amplamente os/as arquitetos/as modernistas das vanguardas locais e internacionais; que habilmente combinaram materiais e modos construtivos tradicionais das regiões tropicais com a experimentação técnica, conceitual e material contemporânea. As obras de arquitetura moderna brasileira são uma contribuição notável para este debate, testemunhando a criatividade e a versatilidade desses encontros cruzados. Esta sessão pretende acolher textos propondo contrapontos combinando questões teóricas entrelaçadas a estudos de caso exemplares, que celebrem a contribuição tropical da arquitetura moderna brasileira e latino-americana, em prol de um melhor reconhecimento, valorização, conservação e preservação desse patrimônio.

08C

ARQUITETURA ANTROPOFÁGICA: SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ARCAICO E MODERNO NA FORMAÇÃO DO MODERNISMO BRASILEIRO

Sulamita Fonseca Lino sulamitalino@ufop.edu.br

Patricia Thomé Junqueira Schettino patricia.junqueira@ufop.edu.br

Oswald Andrade ao elaborar o Manifesto Antropofago considera como referência a prática, de alguns grupos indígenas brasileiros, de comer outros humanos. Contudo, a antropofagia é distinta do canibalismo, nela o ato de devorar não é apenas para alimentar o corpo mas também para incorporar as atitudes positivas, como a coragem, por exemplo. Já os canibais praticam um ato de sobrevivência, come-se outros seres humanos por causa da falta de alimentos, como representado no quadro de Gericault a Jangada da Medusa. O canibalismo e antropofagia foram referências metafóricas para as vanguardas modernas. O primeiro está na revista *Caniballe* editada pelos artistas do dadaísmo e do surrealismo em Paris. O segundo foi referência para os artistas da vanguarda Moderna brasileira, no âmbito da literatura das artes plásticas e da arquitetura. Nesse sentido, ao optarem pela metafora da antropofagia estavam escolhendo o modelo de maior complexidade que o do canibalismo. O ato de devorar do antropofago e a opção por incorporar os atributos positivos, a cultura e os saberes. A formação da arquitetura Moderna brasileira passa pelos princípios da antropofagia e isso está evidente no trabalho de Lucio Costa. O arquiteto brasileiro buscou unir todas as referências internacionais de sua formação, dentro do amplo arcabouço da "tradição ocidental", constituída da Mesopotâmia a Bauhaus, com as questões da tradição local: as ocas indígenas, as casas rurais, a arte e arquitetura de Aleijadinho. O Manifesto Antropofago foi publicado em 1929, sendo esse evento contemporâneo à construção das primeiras casas modernistas, projetadas por Warchavchik em São Paulo. A proposta desta sessão é buscar compreender, através dos princípios da antropofagia oswaldiana, como se deu a formação da nossa arquitetura moderna, considerando que ela não foi apenas uma interpretação

de referências do modernismo internacional, mas sim o encontro entre o passado e o futuro do século XX.

09C

PATRIMÔNIO DA AMAZONIA EM DEBATE

Bianca Moro Carvalho biancamoro@me.com

Amanda Macedo arqamandamatos@gmail.com

A seção "Patrimônio da Amazônia em Debate: Arquitetura e Urbanismo" tem como objetivo explorar e discutir as particularidades da arquitetura e urbanismo na Amazônia, trazendo à luz casos de estudo que frequentemente são negligenciados. A Amazônia, com sua rica diversidade cultural e ambiental, apresenta um patrimônio histórico vasto e significativo que merece maior visibilidade e valorização.

Neste espaço, buscaremos destacar a importância dos processos de construção do espaço amazônico, abordando projetos arquitetônicos e urbanísticos que, muitas vezes, são desconhecidos, mas que desempenham um papel crucial na construção da identidade regional. Cada estado da Amazônia possui exemplos de iniciativas que refletem a relação intrínseca entre a cultura local e o ambiente, ressaltando como esses fatores influenciam a concepção arquitetônica e os planos urbanísticos.

A proposta é fomentar um debate rico e fértil que reúna acadêmicos, profissionais, estudantes e interessados na área, criando um ambiente colaborativo onde se possa discutir desde a preservação do patrimônio arquitetônico até a atualização de práticas que respeitem a identidade amazônica. Os debates incluirão temas como a sustentabilidade nas construções, a adaptação da arquitetura às condições climáticas da região e a integração de saberes locais nas intervenções urbanas.

Além disso, serão apresentadas análises de projetos emblemáticos que exemplificam a criatividade e a resiliência do povo amazônico na construção de suas cidades e espaços. A seção se empenhará em não apenas reconhecer a importância dessas obras, mas também em investigar os desafios enfrentados em sua preservação e promoção.

Por meio de exposições, palestras, painéis de discussão e interação com a comunidade, esperamos criar um espaço dinâmico que propicie a troca de ideias, experiências e culminará em recomendações para o futuro do patrimônio arquitetônico e urbanístico da Amazônia. Nosso objetivo é colaborar para uma maior valorização e divulgação das riquezas arquitetônicas da região, contribuindo assim para a formação de um senso de pertencimento e identidade entre os habitantes.

Convidamos todos a se juntarem a nós para enriquecer este debate essencial e promover a conscientização sobre a importância de preservar nosso patrimônio histórico, celebrando a singularidade da Amazônia e seus cidadãos. Esta seção é um passo em direção à valorização da história e da cultura amazônicas, assegurando que esses legados continue a ser compartilhados e apreciados pelas futuras gerações.

10D

ARQUITETURA PARA A SOCIEDADE A PARTIR DO ESTADO

Jasmine Luiza jasmine.silva@ufsm.br

Miguel Antonio Buzzar mbuzzar@sc.usp.br

No Brasil, a arquitetura moderna conheceu suas melhores expressões quando associada à construção da imagem do Estado-nação. Essa vinculação refletiu não apenas um compromisso com a modernização do país, mas também a busca por uma identidade arquitetônica própria que expressasse os ideais de progresso, desenvolvimento e, de certo modo, de coesão social desempenhando um papel estratégico na materialização cultural, por

meio da realização de edificações institucionais, equipamentos coletivos e inúmeras outras obras.

Na historiografia brasileira vê-se que a arquitetura moderna está diretamente relacionada às obras públicas, em diferentes governos. A princípio, no governo de Getúlio Vargas, conheceu a dimensão simbólica de progresso, mesmo que não fosse “eleita” como linguagem oficial do governo, e convivesse com outras linguagens arquitetônicas. Posteriormente, em paralelo à difusão nacional e veiculação internacional, alcançou sua consagração nos mandatos de Juscelino Kubitschek com obras em Minas Gerais e, como presidente, com a construção da nova capital, Brasília, em ambos os casos tendo Oscar Niemeyer como autor dos projetos simbólicos das gestões políticas.

As concepções arquitetônicas, a partir das demandas públicas, além da dimensão cultural, constituem um conjunto da expressão material da arquitetura, na medida em que esses equipamentos não apenas abrigam funções essenciais para o cotidiano como educação, saúde e cultura, mas também refletem concepções sobre “projetos de sociedade” e cidadania almejados. Ao configurar espaços de serviços, encontro e socialidade, tornam-se elementos centrais na construção da vida pública e na conformação simbólica das cidades.

A relação entre a arquitetura moderna e a preservação cultural configura um campo amplo de investigação, revelando desafios e contradições no reconhecimento e na proteção desse legado. Entretanto, a preservação dos bens modernos não recebe a devida atenção do Estado. Nos últimos anos, no Brasil, esse patrimônio tem sido alvo de ataques, descaracterizações e tentativas de alienação, evidenciando o descaso e a fragilidade dos mecanismos de proteção. A depredação dos edifícios situados na Praça dos Três Poderes, reconhecida como Patrimônio da Humanidade, ocorrida durante a tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023, ainda que tenha tido uma motivação política que extrapola o campo patrimonial, exemplifica um processo mais amplo de negação da cultura e pelo conhecimento que alimenta a vulnerabilidade do patrimônio público moderno brasileiro. Além de casos emblemáticos, como a proposta de venda do Palácio Capanema, a concessão do Estádio do Pacaembu à iniciativa privada e os ataques à integridade do Conjunto Esportivo do Ibirapuera, que ilustram a crescente mercantilização e a negligência em relação à preservação desse legado.

As relações entre a arquitetura moderna e a construção do patrimônio público constituem uma ampla frente de investigações. Partindo do entendimento que a arquitetura moderna é múltipla em sua variedade de formas e concepções, a proposta tem como intuito identificar e refletir sobre concepções arquitetônicas menos

difundidas na historiografia e suas relações com o poder. A sessão se propõe como um espaço de reflexão sobre o papel social da arquitetura moderna construída a partir de demandas políticas do Estado, sendo patrimônio reconhecido ou não.

Espera-se receber trabalhos que reflitam sobre “A ARQUITETURA MODERNA PARA A SOCIEDADE A PARTIR DO ESTADO”, visando conhecer e debater a contribuição da arquitetura moderna e governanças; trabalhos que analisem e/ou identifiquem patrimônio público e sua preservação nos tempos atuais; registros dos profissionais envolvidos; obras modernas de uso público e seu capital simbólico.

11D

A ARQUITETURA MODERNA NOS TEMPOS DA CÓLERA

Danilo Matoso Macedo correio@danilo.arq.br

Leandro Manenti leandro.manenti@ufrgs.br

Um espectro ronda o mundo da cultura — o espectro do modernismo. Todos os grupos da arquitetura unem-se numa Santa Aliança para conjurá-lo: o comunista e o conservador, o pesquisador e o influenciador, os militantes da moradia popular e os estetas do neoclassicismo. A arquitetura moderna foi declarada morta por alguns às 15h32min de 15 de julho de 1972,

quando o conjunto habitacional Pruitt-Igoe foi implodido. Mas a arquitetura moderna vive tanto no Docomomo quanto nas pranchetas, livros e prêmios dos arquitetos, ela está nas redes sociais, nas exposições, no cinema. Ela está em nossas cidades, como patrimônio vivo e como arquitetura contemporânea. A arquitetura moderna está de volta ao debate político.

O filme “O brutalista” (Brady Corbet, 2024) parece tentar trazer uma redenção popular ao estilo mais achincalhado pela crítica aos modernos. De fato, pululam nas redes sociais perfis e grupos de admiradores da arquitetura moderna em todos os seus estilos, inclusive os brutalismos. Mas outro tipo de conteúdo, carregado de cólera, vem também ganhando espaço. Inicia-se com imagens de arquitetura tradicional ou clássica. “Como nossas cidades deixaram de ser assim para ficarem assim?”. As imagens exibem então algum tipo de arquitetura moderna que os autores consideram degenerada: periferias, condomínios uniformes, centros corporativos de vidro ou obras de feição pouco convencional.

A “culpa” não recairia sobre o capitalismo, a industrialização, a urbanização, a desigualdade social. As cidades simplesmente seriam feias por serem modernas. E como o modernismo seria obra do comunismo, assim como este, aquele deveria ser banido de nossas vidas. A “limpeza estética” parece já ter tido início. Donald Trump promulgou em 20 de janeiro de 2025 um decreto “Promovendo a bela arquitetura cívica federal” que edifícios públicos devem “respeitar a herança regional, tradicional ou clássica, de modo a elevar e embelezar espaços públicos e a enobrecer os Estados Unidos”.

Considerando que o moderno não era um estilo e sim vários, haveria realmente uma relação direta e clara entre arquitetura moderna e o socialismo? Ou, na via inversa, haveria uma relação direta entre classicismo e extrema direita? É fora de questão que a vanguarda construtivista serviu aos revolucionários soviéticos de 1917, e que o neoclassicismo de Speer serviu tanto a Hitler. Mas é fato também que o racionalismo italiano foi incorporado pelo fascismo de Mussolini, que Le Corbusier preferia evitar a revolução e manteve relações com o governo fascista de Vichy, e que o neoclassicismo foi o estilo oficial da União Soviética durante todo o governo de Stálin. Afinal, pode-se dizer de fato que o moderno foi uma causa? Qual a natureza política desta categoria?

A proposta dessa sessão, dialogando com o tema do seminário, é discutir as relações entre ideologia política e os múltiplos estilos modernos em arquitetura. Interessam tanto as contradições entre as práticas discursiva, projetual e construtiva quanto as confirmações de determinadas associações estilísticas a determinadas políticas. Estimula-se que tal reflexão chegue aos dias de hoje, levando a uma apreciação crítica dos novos ataques dirigidos a uma certa “arquitetura moderna”.

12D

A PETROBRÁS É NOSSA

Carlos Eduardo Comas ccomas@uol.com.br

Carlos Alberto Martins cmartins@sc.usp.br

Pioneiro da prospecção de petróleo no Brasil, radical defensor da independência energética do país, Monteiro Lobato acabou preso pelo Estado Novo de Getúlio Vargas, dadas as críticas ferozes feitas pelo escritor à subserviência do Conselho Nacional do Petróleo aos interesses da Royal Dutch Petroleum e da Standard Oil (leia-se Rockefeller e, indiretamente, MoMA).

Mas é o próprio Getúlio Vargas na sua volta ao poder como presidente eleito quem vai fundar em 1953 a Petróleo Brasileiro S/A, sociedade de economia mista que tem a União como sócio majoritário e detém o monopólio da exploração de petróleo no país (descoberto oficialmente com o Poço Lobato na Bahia em 1939, quando o Pavilhão do Brasil brilhava na Feira Mundial de Nova Iorque). O Brasil é hoje o sétimo maior produtor de petróleo no mundo. A importância econômica e política da Petrobras é considerável. A importância cultural não é menor.

A sessão deseja contribuir para tanto com estudos de caso analisando a contribuição da Petrobrás como patrocinadora direta ou indireta de arquitetura, via seus poços, plataformas

submarinas, refinarias, sedes empresariais, postos de gasolina e edificações correlatas. Nesse sentido, a sessão também estará aberta a trabalhos que explorem as implicações na arquitetura e no urbanismo das políticas rodoviaristas e da opção estratégica pela indústria automobilística como bandeira central do desenvolvimentismo. A pluralidade das tipologias edilícias envolvidas incluem postos de serviços de outras companhias, garagens, borracharias, lojas de revendedoras e fábricas montadoras. Em tempos de claros ataques à soberania, ao patrimônio público e à sua memória, há que cuidar do que é nosso.

13E

RECONSTRUÇÃO DE LUGARES ENTRE ARTE E ARQUITETURA

Claudia Cabral claudiacostacabral@gmail.com

Marta Boguea mbogea@usp.br

Em 1986, o artista Daniel Buren realizou uma intervenção no Palais Royal em Paris. Construído pelo Cardeal Richelieu (1624-1639), convertido por Victor Louis em grande complexo arquitetônico multifuncional, com lojas, alas de apartamentos e jardins (1781-1786), restaurado e transformado por Pierre Fontaine (1814-1829), o Palais Royal é um exemplo de patrimônio arquitetônico e lugar historicamente constituído, firmemente instalado na memória social e coletiva. Entretanto, o Palais sobre o qual interferiu Buren já não tinha a Galerie d'Orléans construída por Fontaine, demolida em 1935. Em seu lugar, entre a Cour d'Honneur e os jardins, se estende uma dupla colunata. Essa colunata, memória do projeto de Louis (que nunca chegou a completar-se), é o ponto de partida para a intervenção de Buren, que distribui sobre o espaço da Cour d'Honneur uma série de colunas de distintas alturas, regularmente dispostas, como peças num jogo de xadrez. Apesar das controvérsias que causou, por alterar um monumento histórico, a intervenção convoca um diálogo físico e intelectual com a arquitetura do Palais Royal. Além disso, as colunas podem ser em qualquer momento retiradas, e tudo pode retornar à condição passada, sem que, contudo, seja eliminada a memória do espaço ressignificado pela arte.

O objetivo da sessão é buscar, no campo do patrimônio moderno, experiências análogas, em que a arquitetura, mais que suporte, tenha sido o ponto de partida para a intervenção artística. Esperam-se trabalhos que procurem identificar, documentar e analisar intervenções de artistas contemporâneos na arquitetura moderna, com especial interesse nas inscrições temporárias, tais como instalações, performances, projetos curatoriais, etc., localizados em edifícios e espaços arquitetônicos modernos.

Partindo da premissa de que uma materialidade instável, constituída por elementos e ações que apenas temporariamente são integrados à arquitetura de um edifício ou lugar, pode, contudo, formar parte do devir histórico deste mesmo lugar, interferindo sobre sua recepção, a sessão quer discutir operações artísticas contemporâneas realizadas sobre o patrimônio moderno. O propósito da sessão é destacar o papel de renovação e atualização do legado moderno que as intervenções artísticas puderam eventualmente exercer, precisamente por sua condição efêmera. De que modo a transformação da experiência de um edifício no presente pode contribuir para a compreensão de suas estruturas e lógicas formativas, lançando nova luz sobre suas hipóteses formais, técnicas e programáticas e atualizando sua relação com o público? Convocar outras temporalidades pode produzir experiências novas, passíveis de reinstalar o patrimônio moderno na memória coletiva e aproximá-lo a um público mais amplo e diverso?

Em seus métodos, a sessão espera contar com descrições e análises pautadas em evidências materiais concretas, relativas à arquitetura e à intervenção artística discutidas, tais como fotografias, documentos de projeto, diagramas, e outros elementos que permitam compreender o edifício existente e elucidar as estratégias de intervenção praticadas pela intervenção artística contemporânea.

14E

PAINÉIS ARTÍSTICOS E ARQUITETURA MODERNA BRASILEIRA

Abilio Guerra abilioguerra@gmail.com

Cássia Marques cassiamesteves@gmail.com

Entre as décadas de 1930 e 1970, a arquitetura moderna no Brasil foi terreno fértil para a integração entre arte e construção, especialmente por meio da incorporação de painéis aplicados às superfícies dos edifícios. Azulejarias, mosaicos, murais em vidrottil, relevos em cimento ou cerâmica – obras realizadas em diferentes técnicas e escalas – compuseram um repertório visual e simbólico que atravessou escolas, igrejas, edifícios institucionais e residências. Muito além do papel ornamental, esses painéis participaram ativamente da definição dos sentidos da modernidade arquitetônica no país.

A proposta desta sessão é reunir pesquisas dedicadas a esse conjunto de obras, compreendendo-o como parte indissociável dos processos de projeto e da cultura material da arquitetura moderna. Interessa abordar tanto exemplos amplamente reconhecidos quanto casos pouco documentados ou hoje ameaçados.

A diversidade regional, a variedade técnica, os distintos modos de inserção urbana e os circuitos de encomenda e produção são aspectos relevantes a serem explorados. São especialmente bem-vindas contribuições que discutam o diálogo entre arquitetos e artistas, os vínculos com políticas públicas, os debates sobre ornamentação, bem como estratégias contemporâneas de preservação, restauração ou reinterpretação dessas obras.

Importa também refletir sobre as ressonâncias desses painéis na produção atual. As práticas colaborativas entre arte e arquitetura, que ganharam força no período moderno, voltam a aparecer em projetos contemporâneos que investigam a relação entre superfície, linguagem e território. Essa vitalidade indica que a tradição moderna, longe de esgotada, ainda oferece pistas para experimentações no presente – seja pela via da memória, da crítica ou da reinvenção material.

Ao reunir trabalhos que problematizam a integração arte-arquitetura sob distintos ângulos e escalas, a sessão pretende contribuir para o adensamento historiográfico e para a ampliação do repertório crítico sobre a arquitetura moderna brasileira. Ao mesmo tempo, busca abrir espaço para leituras que

reconheçam nesses painéis não apenas objetos de estudo, mas também dispositivos sensíveis de mediação entre espaço, cultura e sociedade. Em consonância com os propósitos do 16º Docomomo Brasil, trata-se de olhar para o passado moderno não como herança congelada, mas como campo ainda pulsante de possibilidades futuras.

15E

ARQUITETURA COMO PERSONAGEM.

O PODER NARRATIVO DO ESPAÇO CONSTRUÍDO NO CINEMA

Ana Carolina Marques anacbuim@gmail.com

Rafael d'Andrea rafael@camp.arq.br

Esta sessão propõe uma reflexão sobre como a arquitetura transcende sua função de cenário no cinema para se tornar um elemento narrativo fundamental, uma espécie de "personagem silencioso" que comunica emoções, conflitos e identidades. Fugindo da máxima de que o espaço arquitetônico pode ou não influenciar uma cena, sendo meramente pano de fundo, mas sim um agente ativo na construção de significados, buscamos artigos que explorem essa relação complexa entre arquitetura e narrativa fílmica.

Tomando como exemplo emblemático "A Single Man" (2009), onde a arquitetura moderna californiana (Schaffer House, 1949) não apenas ambienta, mas define psicologicamente o personagem principal - sua transparência, frieza e linhas precisas

dialogam diretamente com a personalidade do protagonista e sua situação emocional -, propomos uma análise aprofundada de como o cinema utiliza o espaço construído como extensão da psique humana. Da mesma forma, obras como “Blade Runner” (1982), “Metrópolis” (1927), “São Paulo Sociedade Anônima” (1965) e “Laranja Mecânica” (1971) demonstram como a arquitetura pode assumir papéis narrativos diversos, desde espelho de distopias sociais até catalisador de tensões psicológicas.

No contexto brasileiro, essa relação se mostra particularmente rica e significativa.

Produções como “Ainda Estou Aqui” (2024) transformam a arquitetura em metáfora poderosa - a casa em construção como representação de sonhos que se desfazem junto com o projeto assim que o protagonista é assassinado. Já em “Aquarius” (2016), o edifício é um marco no debate da especulação imobiliária, se tornando um divisor de águas entre a preservação de memória ou a ruptura para o mercado imobiliário. “Carandiru” (2003) transforma as grades e as paredes em reflexos da violência sistemática de homens que são empilhados como animais e sobrevivem em situações desumanas. “Que horas ela volta?” (2015) liderou o debate sobre o quarto de empregada e o elitismo promovido dentro da sociedade brasileira burguesa e a demanda arquitetônica, sustentando hábitos coloniais velados até os dias de hoje. O icônico Copan, presente em inúmeras produções brasileiras, como em “Bom dia Verônica” (2020) se torna um cenário de refúgio e flerta com o passado de foragidos, assim como outros marcos da arquitetura moderna brasileira que frequentam nossas novelas e filmes, deixam de ser simples locações para se tornarem símbolos da brasilidade, da urbanidade e das complexas relações sociais que definem nosso imaginário coletivo.

Esta sessão pretende reunir análises que explorem como a arquitetura moderna, em suas diversas manifestações, é apropriada pelo cinema para:

- Construir atmosferas e estados psicológicos;
- Representar ideologias e contextos sociais;
- Servir como metáfora visual para conflitos narrativos;
- Preservar e ressignificar o patrimônio arquitetônico no imaginário cultural.

Convidamos pesquisadores a submeterem trabalhos que, através de estudos de caso específicos ou abordagens teóricas mais amplas, contribuam para esta discussão sobre como o espaço construído fala - muitas vezes mais eloquente que os próprios diálogos - nas narrativas cinematográficas, especialmente no que diz respeito à arquitetura moderna e sua relação com a identidade brasileira.

16E

O OLHAR DIRECIONADO: REENQUADRANDO A ARQUITETURA MODERNA

Ana Esteban ana.esteban.maluenda@upm.es

Patricia Mendes patrimen@gmail.com

Desde suas origens, a arquitetura moderna contou com a fotografia como meio privilegiado de legitimação, difusão e projeção internacional. Desde cedo, a fotografia registrou obras construídas, mas também produziu visões, narrativas e símbolos que contribuíram para consolidar uma tradição moderna plural, tanto no Brasil quanto no restante do mundo. Por meio de sua circulação em revistas, exposições e publicações institucionais, a fotografia não apenas documentou, mas também configurou uma forma democrática pela qual a arquitetura moderna foi vista, compreendida e valorizada por diferentes públicos, locais e internacionais. Nesse contexto, a construção de Brasília é um exemplo paradigmático: concebida como emblema do progresso nacional, a cidade foi igualmente pensada como imagem destinada a transcender fronteiras. Fotógrafos como Marcel Gautherot, Peter Scheier, René Burri, Jean Manzon, Hélio de Oliveira, Thomaz Farkas, entre outros, colaboraram com arquitetos e instituições na elaboração de uma visão moderna da cidade, amplamente divulgada por diversos meios especializados internacionais, como L’Architecture d’Aujourd’hui e Domus, além de jornais brasileiros como O Globo e Brasília. Essa operação visual constituiu

parte essencial do projeto moderno brasileiro, marcando um ponto de inflexão na forma como a arquitetura moderna passou a ser percebida, representada e legitimada. Com o tempo, no entanto, muitas dessas mesmas imagens também deram origem a leituras críticas, abordando aspectos como habitabilidade, segregação e os limites do urbanismo moderno.

Esta sessão propõe explorar o papel da fotografia na construção, documentação, difusão e crítica da arquitetura moderna, entendida em sentido amplo: como patrimônio construído ou não construído, como infraestrutura funcional ou superestrutura simbólica, como produção consagrada ou em potencial. A imagem fotográfica será entendida não apenas como registro visual, mas como ferramenta ativa nos processos de consagração, ressignificação e patrimonialização.

Serão especialmente bem-vindas contribuições que abordem estudos de caso entre as décadas de 1920 e 2020, em escala urbana ou arquitetônica, analisando como a fotografia moldou a percepção da modernidade arquitetônica. A sessão valorizará abordagens que considerem as tensões entre promoção e crítica, entre iconografia oficial e visões alternativas, assim como as relações entre imagem, autoria, contexto e teoria arquitetônica.

- Temas de interesse incluem, entre outros:
- A fotografia como ferramenta de difusão institucional da arquitetura moderna.
- Narrativas visuais na construção de identidades urbanas modernas.
- A imagem fotográfica como instrumento de crítica da arquitetura moderna.
- Representação fotográfica e circulação internacional da arquitetura moderna.
- Ensaios fotográficos como fontes para a reinterpretação do patrimônio.

17E

PALAVRAS E OBRAS:

RELAÇÕES ENTRE TEORIA E PROJETO A PARTIR DE 1960

Maria Cristina Cabral mariacristinacabral@fau.ufrj.br

Ivo Giroto ivogiroto@usp.br

Dentro dos esquemas interpretativos recorrentes sobre a arquitetura moderna nacional, é comum o reconhecimento de Brasília como ápice e ponto de inflexão. O período aberto após sua realização é marcado por impasses, desorientação e tentativas de reorganização do campo profissional: o fim de uma relação incontestada entre identidade nacional e arquitetura moderna, o desenvolvimentismo autoritário e tecnocrático imposto pela ditadura civil-militar, e o giro do campo profissional ao planejamento urbano, relegando o debate arquitetônico a um segundo plano, como afirma Zein e Bastos (2010). Segundo as autoras, entre as tensões do momento observa-se uma “ruptura entre o discurso e a obra, entre o fazer e o pensar arquitetura, entre a prática profissional e a teoria arquitetônica” (idem, p. 109)

No embalo do “milagre econômico” observa-se o que Segawa considera o “açambarcamento de uma vanguarda” (2014, p. 190), período de febril atividade da construção civil, no qual “O excesso de trabalho embarçava a autocrítica” (idem, p. 191). Em termos gerais, não há dúvidas de que as décadas de 1960 e 1970 experimentaram um enfraquecimento da reflexão crítica sobre a arquitetura no Brasil, com a desaparecimento das principais revistas de arquitetura existentes, que apenas retomaram certa posição de relevância a partir dos anos 1980.

No entanto, as relações entre teoria e prática são indissolúveis, mesmo quando não evidenciadas. Sob a ausência de uma crítica ativa e propositiva, livros, revistas, imagens, teorias e relações interpessoais circulavam entre os arquitetos e mantinham viva uma teia de referências conceituais que subjazem na produção dessas décadas, muitas com forte caráter experimental.

Esta sessão busca trabalhos que apresentem a vinculação teórico-prática na produção arquitetônica brasileira a partir da década de 1960. Essa relação pode ser

examinada de distintas maneiras, entre as quais: o conhecimento adquirido na formação acadêmica do profissional; os vínculos profissionais (interlocutores, parceiros e clientes) e institucionais (instituições de ensino e de classe); ou a circulação de publicações internacionais e nacionais, entre outras. Também é de interesse a interpretação de escritos, conferências, entrevistas e debates protagonizados por profissionais da época - todos aqueles ligados ao campo da arquitetura: projetistas, críticos, professores, construtores etc. -, relacionando-os a uma ou mais obras de arquitetura.

Serão priorizados estudos de caso que tratem de profissionais ainda pouco visibilizados, ou revisões críticas que tragam contribuições novas sobre a produção teórico-prática de atores reconhecidos. No mesmo sentido, receberão atenção especial os trabalhos que utilizem fontes de pesquisa primárias e inéditas, como documentos e imagens originais ou nunca publicados.

18F

AMÉRICA(S) EM TRÂNSITO. ROTAS CONTINENTAIS EM ARQUITETURA (1900-1970)

Rafael Urano Frajndlich urano@unicamp.br

Fernando Atique fernando.atique@gmail.com

Desde as independências dos países americanos no século XIX, correntes intelectuais têm se concentrado na construção de uma identidade cultural compartilhada. Os debates arquitetônicos foram centrais nesse esforço, fornecendo um terreno comum para a discussão em como seria o espaço transnacional de modernidade. As pesquisas em arquitetura transnacional usualmente focam seu escopo em movimentos intercontinentais, o que motiva a busca por abordagens diferentes de pesquisa: essa sessão propõe tratar da complexa relação acerca das distintas tradições arquitetônicas nas três Américas e seus diálogos por identidades comuns.

No princípio do século XX, movimentos revivalistas propuseram uma abordagem própria de suas histórias, recorrendo a motivos indígenas ou reinventando a arquitetura acadêmica colonial, enfatizando a autodeterminação na governança independente da metrópole. Posteriormente, a Arquitetura Moderna foi utilizada para projetar edifícios e planos urbanos em cidades ainda em desenvolvimento, onde profissionais abordaram o funcionalismo, a serialização industrial e a estética abstracionista de maneiras que diferiam de seus pares além mar.

Esses movimentos foram moldados tanto por esforços coordenados quanto por movimentos espontâneos, contando com arquitetos em trânsito: profissionais que circularam pelas Américas em busca de intercâmbios educacionais, conferências técnicas ou comissões no exterior. Iniciativas estatais designaram arquitetos a países vizinhos como parte de seus interesses estratégicos, fortalecendo laços diplomáticos, promovendo identidades ou avançando agendas ideológicas. Por exemplo, Oscar Niemeyer no Brasil, Obregón Santacília no México e Paul Lester Wiener nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, arquitetos independentes em trânsito também contribuíram para o desenvolvimento de uma identidade compartilhada. Casos notáveis incluem o mexicano Luis Barragán e o brasileiro Vilanova Artigas durante seus estudos nos Estados Unidos, a norte-americana Georgia Louise Harris Brown no Brasil e a argentina Myriam Waisberg no Chile.

Esta sessão busca discutir como rotas continentais na arquitetura teceram uma identidade americana durante as primeiras décadas do século XX até os anos 1970. Serão bem vindos trabalhos que abordem essas iniciativas, elaborando sobre o intercâmbio de ideias, instituições, projetos arquitetônicos, doutrinas de planejamento urbano, debates e biografias de arquitetos como formas de contrastar contextos particulares com uma visão mais ampla.

19F

VIAGENS E ARQUITETURA

Luana Espig Regiani luanaregiani@gmail.com

Karine Daufenbach kdaufenbach@yahoo.com.br

Viajar pelo território nacional é um ato que faz parte do ímpeto moderno brasileiro. Em 1924, foi trilhada uma estrada que apontava Minas Gerais como berço de uma tradição moderna. O grupo de intelectuais paulistas Mário de Andrade, Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade, visitou, entre outras cidades, São João Del Rei, Tiradentes, Sabará, Ouro Preto e Congonhas do Campo. Do Rio de Janeiro, o arquiteto Lucio Costa foi adiante e chegou a Diamantina. Se Minas Gerais já se colocava como desafio inédito para os olhares que percorriam o país cativados por uma pretensão inovadora, quem iria mais longe?

Mário de Andrade percorreu fronteiras brasileiras distantes e foi à Amazônia em 1927. Nos anos seguintes, visitou o Nordeste. O viajante aprendiz desvendou e registrou horizontes plurais que se refletiram em suas obras.

Nos anos de 1930, são marcantes as excursões capitaneadas pelo SPHAN: das inúmeras viagens de Rodrigo Melo Franco de Andrade pelo país a aquelas realizadas por seus técnicos e colaboradores, incluindo a emblemática ida de Lucio Costa à São Miguel das Missões no Rio Grande do Sul. Viajar era uma ferramenta constante do patrimônio, mas também da arquitetura e suas narrativas.

Para além de Mário e Lucio, essa sessão propõe debater viagens de modernos intelectuais, arquitetos ou não, brasileiros ou estrangeiros, pelo território nacional ou além dele. Parte-se da definição de “viagem” proposta por James Clifford¹, na qual o termo abarca diversas práticas, mais ou menos voluntárias, de se deixar a “casa” para ir a outro lugar com propósitos materiais, espirituais ou científicos. Dessa maneira, lembramos também dos deslocamentos feitos por imigrantes de mudança definitiva para o Brasil, ou ainda as práticas isoladas de viagens nas quais personalidades por aqui passaram criando efeitos de ambos os lados, para aqueles que viajaram e para as artes locais. Conforme especifica Beatriz Colombi², adicionamos a importância de pensar no sujeito – quem está viajando e se expondo à alteridade e como as posições que adota em relação a este outro são definidoras para as tramas narrativas que serão construídas. São esperados trabalhos que tenham como ponto de partida viagens e deslocamentos, que analisem seus registros — sejam eles escritos, desenhos, fotografias ou projetos — e que discutam seus desdobramentos na arquitetura moderna brasileira.

20G

REINTERPRETAR A ARQUITETURA E O URBANISMO MODERNOS: UMA MISSÃO POSSÍVEL

José Carlos Huapaya Espinoza joseespinoza@ufba.br

Carolina Marques Chaves Galvão carolina.chaves@academico.ufs.br

A revisão, reinterpretação e, inclusive novas interpretações do movimento moderno no Brasil, vem, nos últimos anos, permitindo a descoberta de novos paradigmas, enfoques e experiências (da escala arquitetônica à escala urbana, passando inclusive pelo pensamento teórico) ignoradas, apagadas ou sombreadas por um conjunto de produção hegemônica que fortalece (ainda) um olhar estabelecido e bem definido da experiência moderna no Brasil que, por sua vez, dá ênfase e destaque a atores e obras específicas.

Os acervos, arquivos, documentos e, inclusive, as revistas especializadas da época vem servindo de guias direcionado as pesquisas para outros paradigmas que tornam a experiência e constituição do moderno no país muito mais complexa e diversificada. Neste campo, registram-se avanços historiográficos importantes acerca da difusão da produção arquitetônica moderna em território nacional revelando uma rede de circulação de ideias que ajudou a alargar a cartografia da experiência moderna brasileira para além da triangulação RJ-SP-MG. Por outro lado, ainda predominam as críticas ao desenho urbano moderno que parecem não perceber a intencionalidade de suas áreas verdes e de seus espaços não construídos.

A demolição do conjunto residencial Pruitt-Igoe e a certidão de óbito anunciada por Charles Jencks ainda hoje condicionam a crítica direcionada ao urbanismo moderno e ajudam a formatar um preconceito histórico que, em certa medida, dificulta processos de reconhecimento

de valor a certos conjuntos urbanos com especial ênfase aos habitacionais. Por exemplo, as pesquisadoras brasileiras Luciana Saboia e Beatriz Gomes trouxeram contribuições importantes a esta revisão ao interpretar os vazios de Brasília como, respectivamente, “vazio planejado” e “vazio intencionado” advogando em favor de seu sentido social e cultural. Esta sessão pretende abordar, pelo menor, duas importantes perspectivas: a abertura para uma diversidade de atores e obras que mostram campos ainda pouco explorados e a possibilidade de leituras historiográficas que contribuam para o reconhecimento da produção do Movimento Moderno em sentido ampliado. Para ambos os casos, o retorno às fontes (primárias ou secundárias) constitui um processo indispensável. Nesse contexto, pretende-se refletir sobre como a revisão historiográfica (a partir dos periódicos especializados e dos arquivos de arquitetura) nos podem ajudar a revisar e repensar princípios teóricos, além de experiências projetuais, que nos auxiliem a aprender ou reaprender com o urbanismo moderno? Que lições ainda podem ser apreendidas através do desenho urbano moderno? E ainda, como essa revisão nos pode dar subsídios para sanar eventuais lacunas e reminiscência da arquitetura e do urbanismo modernos no Brasil dos 1920 até, inclusive, a atualidade?

Espera-se propostas que tragam contribuições para refletir sobre os questionamentos expostos a partir da exploração e/ou revisão de fontes primárias, lançando um olhar “contemporâneo” à reflexão do “moderno”.

21G

ARQUITETURA, URBANISMO, E A DIVERSIDADE DA EXPERIÊNCIA MODERNA BRASIL

Felipe Franco felipefranco.au@gmail.com

Vanessa Borges Brasileiro vbbrasileiro@ufmg.br

O modernismo pode ser descrito como uma resposta cultural positiva à vida moderna: uma adesão às transformações socioeconômicas trazidas à luz ao longo do século XX pelos circuitos produtivos associados ao capital industrial. Esse processo global, inicialmente caracterizado pela pressão modernizante da indústria sob a produção material, logo influenciaria toda a sociedade.

Na Arquitetura e Urbanismo, isso se materializaria através do anseio por formas derivadas de racionalismo e de economia formal, aspecto característico dos movimentos modernos ao redor do planeta. No entanto, a resposta dos agentes responsáveis pela produção do espaço às condições socioeconômicas modernas não poderia ser homogênea. Se o modernismo é uma reação subjetiva à reorganização da vida pelo capital industrial, essa reação foi tão diversa quanto as formas com que os processos de modernização afetaram os diferentes territórios do planeta.

O modernismo brasileiro, frequentemente descrito pela Historiografia da Arquitetura como um caso singular e homogêneo de vanguarda moderna, materializaria a adesão do país, se não à sociedade moderna, a um projeto nacional de modernidade. Através do mesmo potencial de forja e transformação da sociedade que levaria o modernismo à rejeição pelos regimes totalitários europeus, uma corrente predominante do modernismo brasileiro seria alçada à condição de ferramenta para a construção de uma nação moderna.

Por outro lado, se a experiência da modernidade no Brasil foi distinta da sua contraparte europeia, ela também seria diferente através do extenso território nacional. Às margens da corrente modernista canonizada pela Historiografia da Arquitetura, a experiência brasileira produziria modernismos, que negociariam o modelo modernista com tradições regionais, expectativas políticas, contradições sociais e particularidades econômicas através de toda sua extensão territorial no século XX.

Para este eixo, esperam-se trabalhos que analisem criticamente as tensões entre modelos de um modernismo oficial e totalizante e as particularidades da experiência brasileira das transformações socioeconômicas associadas à modernidade. Com isso, propomos

uma expansão crítica sobre os processos, os arquitetos, as obras e os ideais que materializariam a diversidade da experiência brasileira da vida moderna.

22G

CONTINUIDADE DA ARQUITETURA MODERNA NO BRASIL

Rodrigo Queiroz roqueiro@usp.br

Maria Isabel Imbrunito imbrunito@gmail.com

À primeira vista, parece desnecessário justificar o legado moderno em um país ainda carente de habitação, escolas, hospitais, infraestrutura e equipamentos públicos para atender a uma população desprovida de um sentido de dignidade que se realiza, espacialmente, pela própria arquitetura. Notadamente, o que se vê é um legado em seu crônico estado parcial, inconcluso. Do ponto de vista histórico, o legado se evidencia e se transmite após a conclusão de um ciclo ou movimento. Como a causa que justifica a inteligência sensível moderna ainda é uma realidade, entendemos que a noção de continuidade nos parece mais adequada que o sentido fechado e retrospectivo que o termo “legado” carrega.

Compreendemos que o entendimento de continuidade, hoje, não se dá de modo apaziguado ou acrítico, mas como acomodação, por meio de estratégias de diálogo com a realidade que substituem a utopia moderna, sendo essa expressa na convicção da força da ideia e do desenho para uma transformação estrutural da condição social e espacial. A acomodação pode também ser vista como um modo de sobrevivência da utopia entre os arquitetos, por meio da substituição, com igual teor de convicção, de aparatos técnicos definitivos por enunciados mais indeterminados e processuais.

A indeterminação moderna como pressuposto revela uma questão central para o debate: a crise do programa como funcionalidade determinante do uso. Em vez de prescrever a função, a continuidade moderna oferece instrumentos materiais, tecnológicos e formais para, justamente, suportar a indeterminação do uso. Nesses termos, esta sessão do 16º Seminário DOCOMOMO Brasil entende que são bem-vindos para o debate trabalhos que abordem temas como: 1. arquitetura moderna e os novos modos de morar (a partir da multiplicidade de configurações na atualidade); 2. arquitetura moderna como patrimônio e preexistência capaz de amparar novos e indeterminados usos; 3. arquitetura moderna como referência, seja ela conceitual ou literal, para uma produção contemporânea que, não por mera coincidência, assume destacada posição no panorama internacional; 4. arquitetura moderna e a descentralização de sua continuidade no território brasileiro; 5. arquitetura moderna como léxico para novas experiências materiais e tecnológicas; 6. arquitetura moderna como referência para soluções sustentáveis (baixo impacto ambiental, baixo custo de manutenção e baixo gasto energético); 7. arquitetura moderna e seus pontos de contato com as demais expressões artísticas contemporâneas; 8. arquitetura moderna como referência para o imaginário visual na atualidade; 9. arquitetura moderna e as novas modalidades de interpretação de sua genealogia no presente; e 10. arquitetura moderna como dispositivo dialógico com a cidade.

Oposta à uma previsível postura ingenuamente saudosista, esta sessão não se restringe à reflexão contemporânea sobre a arquitetura moderna, pois pretende interpretá-la como uma inteligência instrumental e propositiva para compreensão do presente e para o projeto de um futuro que incorpora a complexidade (inclusive formal, que localiza a autoria como antítese dos arranjos em coletivos) por meio de instrumentos que superem a hoje frágil universalidade moderna quando posta diante das especificidades de urgências locais, mesmo que integrantes de uma agenda que, em parte, ainda nos convoca para tomadas de decisão em larga escala.

23G

A ARQUITETURA E O URBANISMO NO BRASIL APÓS 1960: PLURALISMO E SENSIBILIDADE PÓS-MODERNA

Felipe Taroh Inoue Sanquetta sanquetta@usp.br
Isabella Caroline Januário isajanu.arq@gmail.com

No contexto global a partir da década de 1960, emergiram novas concepções e expressões na arquitetura e no urbanismo. Teóricos como Christian Norberg-Schulz e Christopher Alexander argumentaram que a forma arquitetônica não poderia ser a única variável projetual, defendendo a integração de fatores como o meio social, o entorno físico e a acomodação programática. Assim, a visão funcionalista predominante nos primeiros Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) foi gradualmente abandonada. Na Europa, arquitetos como Aldo Rossi, Vittorio Gregotti e os integrantes do Team X (como Aldo van Eyck e George Candilis) criticaram o modelo de cidades funcionais e universais, propondo projetos que valorizavam a relação entre pessoas, história e lugar. Paralelamente, em países anglo-saxões, nomes como James Stirling, Robert Venturi e Denise Scott Brown incorporaram arquétipos clássicos, ornamentos e simbolismo popular em suas obras. No Egito, Hassan Fathy resgatou técnicas tradicionais, utilizando materiais locais (como tijolos de barro e abóbadas) em projetos residenciais e institucionais. Segundo Andreas Huyssen, essas transformações refletem uma nova sensibilidade em relação ao lugar e aos usuários, distanciando-se dos movimentos arquitetônicos anteriores. Como resultado, nota-se um pluralismo projetual, marcado por correntes diversas como Metabolismo, Urbanismo Espacial, Megaestruturas e Regionalismo Crítico. No Brasil, o pós-modernismo na arquitetura ganhou destaque especialmente a partir de meados dos anos 1960, com a atuação de arquitetos como arquitetos como Éolo Maia, Jô Vasconcellos e Sylvio Podestá, em Minas Gerais. Mas também com Severiano Porto no Amazonas e Domingos Bongestabs no Paraná. Portanto, não seria reducionista enxergar o ideário pós-modernista no Brasil como um “bloco” monolítico, reduzindo-o a um movimento único? Pois, sabe-se que houve uma transição gradual, onde as ideias funcionalistas deram lugar a uma maior liberdade projetual nas décadas seguintes, resultando em diferentes soluções experimentais no projeto arquitetônico e urbano. Diante disso, a questão central desta sessão é: quais são as características da sensibilidade pós-moderna nas diferentes regiões do Brasil após 1960? O objetivo é discutir e comparar contribuições projetuais que documentem e analisem a arquitetura produzida nesse período. Os artigos podem abordar, por meio de estudos de casos específicos ou comparações entre projetos realizados entre as décadas de 1960 e 1990, as variáveis projetuais e os conceitos arquitetônicos que orientaram obras ou a atuação de arquitetos (as); e o contexto histórico da transição entre o modernismo e as novas tendências. Dessa forma, busca-se aprofundar o legado dessas obras e profissionais, ainda pouco explorados na história e historiografia da arquitetura brasileira.

24G

COMO SE FEZ ARQUITETURA NO BRASIL DEPOIS DA ARQ MODERNA BRASILEIRA

Marcelo Puppi marcelopuppi@uol.com.br

Lucio Costa não escreveu um “Complexidade e Contradição na Arquitetura”, infelizmente, por certo, mas, se o tivesse feito, teria antecipado Venturi em duas ou três décadas. Talvez até melhor? Ele tinha um conhecimento refinado da história, da teoria e, leitor de Guadet, sabia como poucos que “Sabem o que é genial e muito original? É fazer muito bem o que os outros fizeram simplesmente bem” (Guadet, t.1, p. 134). Eis o que se poderia dar também como uma boa definição da Arquitetura Moderna Brasileira, da qual Lucio é notoriamente o mentor intelectual.

Entretanto, a cultura dos arquitetos hoje é muitíssimo diferente. Não se conhece mais a arquitetura de séculos passados, como se o mundo e a arquitetura tivessem nascido e tudo tivesse sido criado no século XX, ou do XX em diante; a teoria da arquitetura, exceto alguma coisa recente, passou a ser considerada ultrapassada, digna de ser maltratada e esquecida

segundo essa perspectiva empobrecedora (e aí da mente supostamente colonizada que se aventura a defender a atualidade e o potencial da boa e velha teoria, quando bem conhecida!); não se sabe mais o que é nem como fazer composição, a prática da arquitetura se assemelhando a tudo e qualquer coisa, menos à própria arquitetura. Isso como panorama geral, excetuando obviamente as honrosas exceções.

Naturalmente, essa mudança não aconteceu da noite para o dia, e se deu de maneira quase imperceptível, ou pelo menos sem que se tenha dado conta da magnitude dessas transformações. À primeira vista, elas começam a ocorrer a partir de meados dos anos 1950, paralelamente à mutação pela qual passa a própria Arquitetura Moderna Brasileira, as duas mutações, cultural e projetual, constituindo certamente dois lados da mesma moeda. Da mutação em diante, é mais ou menos evidente que a história da arquitetura já não é mais a mesma; que a teoria no mínimo já não é mais tão bem conhecida como antes; que a noção de composição já é menos complexa que antes. Que história, que teoria, que composição são essas? Uma história heroica, de desbravadores de um mundo novo? Uma teoria que se assemelha a um conjunto de regras, ou que se confunde com a realidade? Uma composição exclusivamente, ou predominantemente abstrata? As respostas não estão prontas, à disposição dos pesquisadores, mas podem ser, ou melhor, podem começar a ser verificadas indiretamente, estudando como os arquitetos praticaram a arquitetura dos anos 1950 aos anos 80, ou pelo menos alguns exemplos representativos e suficientemente esclarecedores desse período.

O objetivo da sessão é reunir estudos de casos representativos e esclarecedores, relativos ao período de mutação em diante da Arquitetura Moderna Brasileira, que contribuam para identificar e para compreender quando e como as mudanças na própria representação da arquitetura começaram a ocorrer, quais as principais transformações no conhecimento e na prática dos arquitetos, e quais as principais consequências teóricas e práticas igualmente para a arquitetura brasileira no século XX e até hoje.

25H

EDIFÍCIOS EM ÁREAS CENTRAIS DAS CIDADES BRASILEIRAS

Marcos Carrilho marcos.carrilho@gmail.com

Silvia Ferreira Santos Wolff silvia.wolff@mackenzie.br

No transcurso do século XX, as principais cidades brasileiras passaram por profundas transformações decorrentes de processos de modernização econômica e de intensa urbanização. Suas áreas centrais consolidaram-se como núcleos dinâmicos de atividades financeiras, administrativas e comerciais, resultando em um expressivo conjunto de edifícios corporativos. Marcadas por vitalidade, densidade e inovação, testemunharam, especialmente a partir da década de 1920, o surgimento dos primeiros edifícios verticais favorecidos pelos avanços tecnológico do concreto armado e dos sistemas de circulação mecânica. Essas condições favoreceram o florescimento de um acervo de edifícios representativos do Movimento Moderno ao lado de outros que, embora também significativos exemplares de modernização tecnológica, senão de linguagem, permaneceram à margem da historiografia que se consagrou. Certamente, essa produção aguarda uma revisão dos critérios de valoração e classificação adotados pela crítica, desafiando os limites do modernismo ortodoxo.

Nas décadas de 1980 e 1990, no entanto, o esvaziamento progressivo dessas áreas centrais têm trazido ameaças a esse patrimônio. O deslocamento de funções urbanas, a obsolescência das edificações e, mais recentemente, as transformações no mundo do trabalho — acentuadas durante a pandemia — contribuíram para o esvaziamento e a ociosidade de muitas edificações, mesmo em zonas com ampla oferta de infraestrutura e localização estratégica. Esse paradoxo evidencia a urgência de estratégias que aliem preservação e requalificação urbana.

Nesse cenário, a retomada do legado moderno nas áreas centrais emerge como uma oportunidade de uma ação integrada, com benefícios sociais, culturais e ambientais. O reaproveitamento de edificações existentes se impõe como estratégia sustentável frente à expansão urbana, à produção de resíduos e à emissão de gases. Ao mesmo tempo, a reconversão funcional desses edifícios pode fomentar o repovoamento das áreas centrais e promover sua reintegração à vida urbana.

Neste quadro, tem se colocado de maneira cada vez mais frequente o desafio do reaproveitamento de edificações pré-existentes, reconvertidas e adaptadas. Uma nova dimensão da atividade de projeto toma corpo no campo profissional. E, ao fazê-lo, traz simultaneamente, um universo de questões cuja resposta e debate é urgente. Como conservar o legado da produção moderna senão por sua apropriação intensa, integrada ao circuito social e atualizada às exigências da vida contemporânea? Como se definem novos critérios de projeto contidos nos limites

de estruturas arquitetônicas pré-definidas? O que deve ser conservado, mantido, preservado e restaurado, em respeito aos valores da obra legada do passado e o que pode ser alterado, transformado, adaptado em resposta às demandas atuais? A proposta desta mesa é discutir essas questões à luz de experiências de reutilização e reconversão de edifícios modernos em áreas centrais brasileiras, explorando caminhos projetuais, critérios de intervenção e marcos conceituais para uma preservação ativa e comprometida com a vida contemporânea.

26H

A DIMENSÃO URBANA DO EDIFÍCIO RESIDENCIAL MODERNO

Mara Eskinazi maraeskinazi@fau.ufrj.br

Denise Nunes denisenunesfau@gmail.com

Se a relação entre arquitetura moderna e habitação pode ser descrita como uma relação de origem, a relação entre habitação moderna e cidade é colheita de resultados e possibilidade de impulsionar a dimensão urbana dos edifícios. Durante os períodos de consolidação e hegemonia da arquitetura moderna brasileira, concentrados entre as décadas de 1940 a 1960, o edifício residencial tornou-se um importante local de experimentação arquitetônica, fazendo justiça ao papel central que tem a questão da habitação no projeto moderno e na construção das cidades.

Assim, no Brasil, a produção arquitetônica de edifícios de apartamentos encontra na sua dimensão urbana alguns dos principais aspectos que a singularizam e que garantem tanto seu papel histórico quanto seu valor como experiência de projeto. Esta dimensão urbana pode ser verificada a partir da análise de um conjunto de estratégias de projeto empregadas reiteradamente em muitas destas obras, tais como: o amplo repertório de soluções para os planos de fechamento e a articulação entre estrutura resistente, fachada, dispositivos arquitetônicos de controle ambiental e as relações que estes estabelecem como elementos intermediadores com a cidade; a preferência pela construção de superfícies permeáveis e porosas; os parâmetros de urbanização e de inserção dos edifícios nos lotes e na malha urbana; as estratégias de projeto dos pavimentos térreos, que exacerbam o potencial de articulação territorial, amplificando relações de continuidade com a cidade; o modo de projetar tomando o corte como instrumento principal de concepção e de exploração espacial, o que valoriza interpenetrações verticais nos espaços, bem como o encontro do edifício com o solo e, conseqüentemente, com a paisagem urbana.

Alargando o interesse para a produção brasileira concentrada entre 1920 e 2020, esta sessão busca selecionar trabalhos baseados na análise de edifícios residenciais (construídos ou não) e nas estratégias de projeto neles empregadas que permitem maior intermediação entre edifício e cidade, urbanizando os edifícios. Temos como objetivo compreender estas obras a partir das interfaces que estabelecem com as cidades onde se inserem e que garantem, por consequência, sua singular dimensão urbana. Ao elegermos a habitação como

questão central, nosso interesse está focado no protagonismo do tecido urbano ordinário, e não em suas situações de exceção. Além disso, considerando a célula habitacional como elemento essencial na articulação da arquitetura com a cidade, nos interessa investigar estratégias de projeto que potencializam o estabelecimento de interfaces entre interior e exterior, diferenciando âmbitos privado e público, definindo fronteiras e transições entre estes domínios, e com isso ajudando a entender que tipo de cidade essas arquiteturas para a moradia têm o potencial de gerar.

Por fim, uma investigação sobre estratégias de projeto empregadas nos edifícios residenciais brasileiros é fundamental não só para a compreensão histórica do legado moderno, mas também para a correta compreensão da condição contemporânea na arquitetura. Assim, pretendemos situar em que termos as soluções investigadas se inserem na arquitetura contemporânea, de forma a responder às prementes questões climáticas, aos novos modos de habitar, estabelecendo novos tipos de suportes ambientais para o projeto arquitetônico.

27H

CIDADES UNIVERSITÁRIAS COMO ESTRUTURAS URBANAS, 1930-70

Ana Lucia Ceravolo aceravolo@unicep.edu.br

Elisângela de Almeida Chiquito elisangelachiquito@gmail.com

No Brasil, o modelo “cidade universitária” se consolidou, entre as décadas 1930 e 1970, como definição, preferencial, do território da universidade brasileira, integrando, como revela boa parte das pesquisas realizadas nos últimos anos, as propostas pedagógica, urbanística e arquitetônica. Este modelo, presente de maneira significativa na América Latina, foi expressão do processo de modernização dos estados nacionais, da construção de identidade cultural e ganhou forma com a arquitetura e o urbanismo modernos.

As primeiras universidades criadas no país, na primeira metade do século XX, foram inspiradas pela reunião de faculdades isoladas já existentes, sobretudo de Direito, Medicina e Engenharia. A partir dos anos 1930, com o processo de modernização da universidade brasileira, os novos territórios adotaram, em termos espaciais, um modelo baseado na tradição anglo-saxã de *campus*.

As Cidades Universitárias são parte, portanto, dos esforços de escmulo da modernização promovidos pelo Estado e constituem territórios simbólicos e espaciais, como dispositivos de difusão da modernidade. Os *campi*, projetados e construídos nesse período, são implantados, por vezes, distantes da área urbanizada, em espaços até então rurais e incorporados ao perímetro urbano, expondo as contradições e tensões da urbanização brasileira. Entre seu caráter segregado da vida urbana cotidiana e seu potencial de se colocar como indutor de novas espacialidades e sociabilidades, surge também como infraestrutura.

Hoje, essas instituições se conformam como referência urbana, como lugares dedicados à prática do ensino e das ciências, apresentando-se como “lugares de memória”, como propõe Pierre Nora. Revisitando a cultura arquitetônica brasileira, desde o projeto da Cidade Universitária do Brasil, na década de 1930, a sessão tem interesse por trabalhos que situem seus olhares sobre as camadas de temporalidades que configuraram e reconfiguraram os espaços e conjuntos educacionais.

Assim, são esperadas propostas que explorem as relações entre modernização, modernidade e modernismo na constituição das cidades universitárias e na configuração espacial de seus territórios, compreendidos como dispositivos simbólicos e instrumentos operativos para o desenvolvimento nacional e como infraestrutura urbana. Ou, que abordem experiências de requalificação da configuração organizativa das instituições de ensino superior ou ainda de restauração de edificações ou planos de conservação são temas que se enquadram na presente sessão. Investigações sobre

os *campi* universitários e o impacto no processo de urbanização e de modernização urbana. Pesquisas que discutam aspectos teóricos e projetuais que relacionem universidade e sociedade; tradição e identidade; ciência, tecnologia e arte, envolvendo gestores públicos, teóricos da educação e arquitetos e urbanistas em intenso intercâmbio. São aguardadas também reflexões sobre a contribuição do movimento moderno para os projetos urbanísticos das cidades universitárias, assim como outras estratégias teóricas ou projetuais de valorização simbólica de edifícios, conjuntos ou territórios universitários pela via da síntese ou integração das artes. Interessa-nos ainda explorar as maneiras pelas quais esses espaços foram concebidos como campo propício para o desenvolvimento e a inovação de sistemas e processos construtivos, constituindo-se como canteiros experimentais e laboratórios para a avaliação de soluções e propostas de técnicas e processos produtivos extensíveis ao conjunto da cidade e do território.

28|

INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO:

ARQUITETURA MODERNA E PRÉ-FABRICAÇÃO NO BRASIL, 1920-2020

Elcio Gomes da Silva elcio.arq@gmail.com

As bases do Estilo Internacional contaram com os avanços dos sistemas de concreto armado para a criação de repertórios formais em países com melhores condições tecnológicas. A produção brasileira, por seu turno, consolidou suas conquistas por meio de experimentações com técnicas e tecnologias construtivas adaptadas a contextos específicos e a abordagens próprias, condicionadas pelas realidades socioeconômicas locais. A industrialização incipiente, a abundância de mão de obra de baixo custo e o potencial criativo de diversos agentes marcaram os avanços no campo das inovações, com a adoção de variados sistemas construtivos em diferentes regiões do país.

As iniciativas que consolidaram esse modo de atuação foram reconhecidas internacionalmente desde as primeiras realizações modernistas, sobretudo pelos modos singulares de explorar as possibilidades do concreto armado. Alvo de análises em publicações especializadas, a vanguarda impulsionada pela arquitetura e pela engenharia de estruturas no Brasil foi destacada como detentora de atributos próprios, em comparação às realizações que lhe serviram de referência. A variedade de abordagens adaptativas, a riqueza das experimentações plásticas e as soluções que testavam os limites das propriedades materiais atestaram, à época, o protagonismo da expressão arquitetônica brasileira, fundamentada em inovações que a distinguiam no cenário internacional.

Partindo do reconhecimento de que esse fenômeno se manifesta como um processo de renovação contínua na produção nacional, a presente sessão temática busca discutir as estratégias de inovação baseadas na apropriação crítica de técnicas preexistentes e na reinterpretação criativa de sistemas construtivos, com ênfase naquelas que empregaram sistemas pré-fabricados entre 1920 e 2020. A proposta é orientada pela visão de que, embora ancoradas em bases conhecidas, algumas dessas contribuições podem ser caracterizadas como criações tipicamente brasileiras, parte de uma tradição moderna, viva e em transformação. Interessa refletir sobre como essas experimentações no âmbito do projeto, do pensamento arquitetônico e dos modos de produção do espaço construído apontaram novos caminhos, não apenas para o aprimoramento das técnicas edilícias, mas também para o desenvolvimento do país.

29|

ARQUITETURA COMO ESTRUTURA QUALIFICADA

Carlos Fernando Bahima cfbahima@hotmail.com

Defendida por Lucio Costa, a noção de arquitetura como construção qualificada diferencia arquitetura da “simples construção” através da intenção plástica. Costa diz em Razões da Nova Arquitetura (1934) que o segredo da nova arquitetura é a “ossatura independente”, um esqueleto independente qualificado pela ausência de vigas aparentes que comprometessem a livre disposição de paredes internas e externas e pelo recuo da linha de suportes em relação aos bordos de laje. Após mais de duas décadas, é Colin Rowe que confirma em A Estrutura de Chicago (1956) a atribuição da estrutura como essência da arquitetura moderna, comparável ao papel desempenhado pela coluna na Antiguidade Clássica, ao estabelecer “uma razão comum com a qual se relacionam todas as partes”, ou ainda aquela que “estabelece relações, define uma disciplina e produz uma forma”. Nas palavras do engenheiro de estruturas dos palácios de Brasília, Joaquim Cardozo, “Forma Estática – Forma Estética”.

Essa sessão se propõe a discutir o papel fundamental da estrutura no campo da arquitetura muito além do seu viés pragmático, ou, em geral, subavaliado pela crítica de arquitetura. Afinal, a própria derivação da palavra arquitetura é composta por arché, ligada à origem, ao princípio, à intenção plástica, a qual se refere Lucio Costa, enquanto tektonikos, é vinculado à ação de construir; esta não pode ser avaliada como exclusiva do campo da engenharia de estruturas. A sessão identifica essa invisibilidade da concepção estrutural no ensino de arquitetura e nas pesquisas de pós-graduação, e se propõe a estimular a dimensão tectônica inerente ao ofício e à disciplina.

Do ponto de vista da integração entre os componentes da estrutura e os demais elementos de arquitetura, considera-se a relevante herança e tradição presente na arquitetura moderna brasileira do século XX. Com batismo corbusiano em solo brasileiro, a partir da década de 1930 uma nova arquitetura se fundamenta na estrutura tipo Dom-ino em suas bases no Rio de Janeiro, com expansão Brasil afora, especialmente na Região Nordeste, e posteriormente nos anos 1960 se transforma profundamente em São Paulo através do Brutalismo Paulista, caracterizado tanto pelo fascínio do concreto à vista quanto pela mutação e inclusão de elementos estruturais. A partir dos anos 1980, componentes em aço substituem porções da estrutura anteriormente ocupadas exclusivamente pelo concreto armado, resultando em um conjunto muitas vezes híbrido entre concreto e aço. No cenário brasileiro das duas primeiras décadas do século XXI, prosseguem as mesclas entre diferentes materiais de estruturas, com ampliação dessa paleta, através do emprego de madeira industrializada. Portanto, a sessão visa a estimular aproximações entre estudos focados na dimensão técnica da estrutura e outros que abordem a representação desta no recorte temporal do 16º Seminário DOCOMOMO Brasil (1920-2020); busca-se conectar estas pesquisas àquelas. Reafirma-se que o comportamento estrutural pertence ao campo arquitetônico tanto quanto as questões de caracterização da estrutura, esta reconhecida como fundamental agente de representação da construção. Nesse sentido, são bem-vindos trabalhos que abordem estudos de caso vinculados à iconografia da estrutura, a sua dimensão tectônica, os tipos de caráter lastreados na Tradição Acadêmica, ou ainda a gama de conotações abstratas ou figurativas, e as repercussões sistêmicas próprias do seu papel ordenador da geometria do espaço, assim como pesquisas que evidenciam as pressões e demandas específicas da tecnologia da construção que em muitos casos contribuem decisivamente para o resultado formal.

301

1960-70: NOVAS ESTRATÉGIAS TECTÔNICAS PARA UMA ARQUITETURA PÓS-BRASÍLIA

Monica Aguiar monicaaguiar@puc-rio.br

Marcos Favero favero@puc-rio.br

A seção tem como objetivo investigar estratégias tectônicas da produção arquitetônica das décadas de 1960-70, em contexto caracterizado pelo fim de um ciclo na Arquitetura Moderna, que teve, no Brasil, o seu ápice com a construção de Brasília. Fato debatido em inquéritos

públicos, como foi o I Inquérito Nacional de Arquitetura promovido pelo Jornal de Brasil, em 1961. Brasília foi ponto de inflexão a partir do qual foi possível tomar novos caminhos que, nas décadas de 1960-70, se mostraram interconectados com o debate arquitetônico internacional e com as novas tecnologias.

No contexto do impacto da construção de Brasília, o Brasil viveu o drama do golpe militar de 1964, que impôs ao país uma ditadura que perdurou até 1985 e cujos desdobramentos tiveram reflexo direto no mundo da arquitetura. Como é sabido, nas décadas de 1930 a 1950 o Estado foi um importante agente na implementação da Arquitetura Moderna no Brasil, inclusive no período do primeiro governo de Getúlio Vargas, sob o regime da ditadura imposta após a revolução de 1930. Nas décadas de 1960-70, durante a vigência de outra ditadura, o Estado manteve-se financiador e promoveu a edificação de obras de grande porte no campo da infraestrutura, além dos edifícios sede de empresas estatais e outras públicas, no contexto do que ficou conhecido como o milagre econômico brasileiro. Como consequência desse momento desenvolvimentista, surgiram grandes empresas de construção e projeto, ancoradas no fortalecimento do meio técnico, fato que reconfigurou o papel da arquitetura, esvaziando o culto à individualidade genial e valorizando o trabalho em equipes multidisciplinares. Para além das iniciativas financiadas pelo governo, houve também um crescimento do mercado imobiliário de âmbito privado, abrindo novas frentes de trabalho em uma prática arquitetônica inserida nos limites de um imperativo sistêmico.

No período em questão, caracterizado pelo regime político de uma ditadura e pelo desânimo devido ao nefasto impedimento da livre expressão, parte da comunidade arquitetônica, ainda assim, alimentou-se de uma forte articulação de ideias que circulavam em redes de socialização, desconstruindo a ideia de isolamento. Após o quase desaparecimento das revistas nacionais de arquitetura, a circulação de revistas internacionais por universidades, instituições de representação profissional e, principalmente, pelas pranchetas dos escritórios de projeto, trouxeram para a lida cotidiana da profissão não apenas a publicação de projetos internacionais como também os novos materiais e as novas técnicas utilizadas fora do país. A circulação dessas ideias, em meio à retomada do debate sobre tectônica, impregnou a prática arquitetônica em várias regiões do país conformando um determinado estado de coisas, subjetivamente compartilhado no habermasiano mundo da vida, provocando o reprocessamento das ideias vigentes, possibilitando a formação de novos repertórios e de outras operações projetuais ancoradas em novas estratégias tectônicas. Estratégias em diálogo com a indústria da construção, no que tange tanto à produção de materiais como de processos construtivos. Esse novo *modus operandi*, elaborado em projeto por meio de estratégias tectônicas e seus desdobramentos construtivos no canteiro de obras, foram embriões de práticas projetuais replicadas até hoje. Este será o foco do debate proposto.

311

DEUS EX MACHINA: MONUMENTALIDADE E ENGENHARIA AVANÇADA

Andressa Martinez acpm@umd.edu

Denise Santos denise.monaco@unesp.br

Em 1950, Mies fez um discurso no IIT, depois publicado, sobre a relação entre “tecnologia e arquitetura”. Segundo ele, uma deveria tornar-se expressão da outra. A tecnologia de ponta, vista por exemplo em grandes estruturas de engenharia, teria uma natureza própria e um significado e uma força formal tão fortes que seria até difícil de descrever. E a arquitetura, por fim, seria a tal “cristalização de sua estrutura”, o “verdadeiro símbolo do nosso tempo”.

Mies fazia seu discurso na época em que o desconhecido, mas popular, edifício Mecca Flats era demolido para a construção do mundialmente conhecido e noticiado S.R. Crown Hall em Chicago. Pouco mencionou também o engenheiro estrutural Frank J. Kornacker, parceiro de Mies à época, ou a arquiteta e engenheira Georgia Louise Harris Brown, pioneira que trabalhou com o mestre alemão antes de se mudar para o Brasil. Assim como pouco foi

noticiado a respeito de outras engenharias estruturais inovadoras, como cascas de concreto, geodésicas, e demais formas complexas.

De fato, este discurso de Arquitetura Moderna, defendido por Mies e muitos outros em diferentes momentos, encontrava um viés racional e científico muito bem justificado pela era da máquina. Inúmeros desses edifícios tornaram-se monumentos da vida moderna, seja de estado, seja de arranha-céu, seja de igreja. E certamente tratava-se também de um discurso global, com atividades paralelas no Brasil e afora, que por vezes incluía ideias opostas e contraditórias, aclamadas pela crítica ou não. Mas muito ainda, afinal, é necessário em termos de redescobrir seu passado, seus agentes, suas variantes, e seus contextos.

Para esta sessão, portanto, serão bem-vindos trabalhos que trouxerem à tona tecnologias e técnicas estruturais que possibilitaram uma nova revalidação da Arquitetura Moderna. Assim como trabalhos que resgatem agentes e fatores normalmente ocultos na sua construção. Como material de análise, é possível incluir desde arquivos primários de obras e desenhos, até a criação de gráficos e imagens digitais, com o intuito de contribuir também com uma maior gama de documentação deste patrimônio.

321

DEPOIS DOS PILOTIS

UMA ESTRATÉGIA PROJETUAL EM 100 ANOS DE ARQUITETURA BRASILEIRA

Nathalia Cantergiani nathalia@ck.arq.br

Monica Luce Bohrer monica@bml8.com.br

O pilotis foi estabelecido como elemento arquitetural e princípio de projeto por Le Corbusier no início do século XX. Obras com pilotis se disseminaram na Europa e nas Américas a partir da arquitetura moderna, transformando a volumetria e introduzindo novos parâmetros de permeabilidade nas edificações, num tempo em que os níveis térreos eram herméticos e maciços. A criação desse pavimento aberto e coberto flexibilizou a relação entre o espaço privado e o espaço público, antes conectados apenas pela superfície de uma fachada dita principal.

O uso da estrutura independente, que possibilitou a liberação do pavimento térreo, assim como a inversão do peso na composição volumétrica da edificação, são aspectos que marcam uma transformação tipológica fundamental absorvida pela arquitetura moderna brasileira. Dessa operação deriva-se um dos tipos mais emblemáticos da modernidade na arquitetura – a lâmina, barra (ou bloco) sobre pilotis.

Um século se passou desde o surgimento do conceito de pilotis e é possível encontrá-lo ao longo das décadas na historiografia da arquitetura brasileira até a contemporaneidade. O pilotis foi incorporado por sucessivas gerações de profissionais, que renovaram e ampliaram o repertório do térreo ou da base permeável. Em alguns projetos, é desenhado de modo análogo ao conceito corbusiano dos anos 1920; em outros foi reinterpretado e sofreu mutações formais, especialmente ao longo da segunda metade do século XX.

A partir dos anos 2000, o conceito original do pilotis adquire um significado ainda mais abrangente, ampliando relações de permeabilidade decorrentes da liberação do nível térreo e desafiando a lógica do tipo canonizado como barra ou torre sobre pilotis, seja em edifícios de habitação, comerciais ou institucionais.

A proposta dessa sessão aborda tanto interpretação tipológica quanto as transformações formais do pilotis, a fim de criar conexões analíticas entre obras distintas, dentro do amplo recorte temporal estabelecido pelo 16º Seminário DOCOMOMO Brasil. Documentar, interpretar e comparar edifícios que absorveram o conceito de pilotis será o eixo comum que unificará os trabalhos a serem incluídos para compor essa sessão. Independente da escala destes espaços ou da forma das suas estruturas, a sessão buscará aproximar obras construídas entre 1920-2020 que mantém vivo o conceito elementar de pilotis na arquitetura brasileira.

O foco será selecionar estudos de caso que coloquem lado a lado soluções arquitetônicas com estratégias projetuais comuns, seja por influência conceitual, seja por condicionantes da legislação urbana. Esta proposta de sessão pretende ampliar o debate acerca do pilotis e suas variações para além das obras icônicas. Ao reconhecer o pilotis como um arranjo de configuração espacial - e não apenas um conjunto de apoios que possibilita a suspensão do edifício - torna-se possível dissecar seu conceito para reencontrá-lo em novas interpretações. Ao revisitar o pilotis por meio de seus atributos espaciais, espera-se contribuir para a compreensão deste elemento, que foi incorporado a uma produção plural e que desempenhou papel fundamental para a consolidação de uma identidade da arquitetura brasileira.

33J

A CASA MODERNA COMO MUSEU DE SI MESMA

Silvia Leao silvia-leao@uol.com.br

Daniel Pitta pitta.daniel@gmail.com

A Arquitetura Moderna, num sentido amplo, teve seu período mais produtivo entre os anos 15 e 60 do século XX e suas obras mais emblemáticas são hoje consideradas patrimônio histórico. Como tal, devem ser preservadas como testemunho de um período fundamental, em que houve profunda revisão na concepção estrutural, espacial e formal dos edifícios. A casa unifamiliar foi tema recorrente naquele período, como meio de experimentação e divulgação do ideário moderno. Sua produção inicia-se na Europa e dissemina-se para o restante do mundo. No Brasil, houve uma produção importante de casas unifamiliares modernas, principalmente a partir dos anos 30, com a ascensão da chamada Escola Carioca, e nos anos 50, quando começa a crescer a chamada Escola Paulista, com apogeu nos anos 60 e 70. À margem dos principais centros, portanto para além das escolas canônicas que costumam polarizar o debate da arquitetura moderna brasileira, mas também influenciadas por elas, há produções significativas que têm merecido atenção num panorama mais recente. Hoje, faz-se necessário preservar as casas unifamiliares emblemáticas daquele período, representantes de uma parte significativa do modernismo brasileiro. Segundo Brandi, “a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúlice polaridade estética e histórica, com vistas à transmissão para o futuro”¹. Para Pellegrini, “merecem ser preservados o edifício que é uma obra de arte, produto de uma mente criativa distinta e excepcional, e o edifício que não é criação distinta nesse sentido, mas que possui de forma pronunciada as virtudes e características da escola de arquitetura que o produziu”².

Há duas formas de preservação que representam boas práticas no que diz respeito à casa unifamiliar: na *casa-museu* o edifício é restaurado e seu principal acervo é o mobiliário original; na *casa-galeria-de-arte* o principal acervo são obras de arte, pertencentes ou não ao proprietário original. Em ambos os casos, são casas que resistiram ao tempo e se converteram em museus de si próprias, abertas ao público. Uma terceira situação possível, eventualmente mais difícil de ser identificada, compreende casas que seguem sendo habitadas, preservando sua materialidade e espacialidade originais, móveis e outros objetos, como “cápsulas do tempo”, potenciais casas-museu em futuro próximo.

A fim de propor um debate sobre a vigência do moderno e das boas práticas para sua preservação, são esperados, na presente sessão, trabalhos que apresentem novas abordagens a respeito de obras canônicas, mas também pesquisas que busquem expandir o campo através de obras menos conhecidas, oriundas de manifestações diversas da arquitetura moderna no território do sul global e no amplo período abarcado pelo evento. A sessão tem foco no patrimônio moderno edificado, mas também pode contemplar casas modernas objetos de projetos de ampliações, expansões, anexos, medidas de proteção, restauros e expografias.

34J

IMPUREZAS NO MUNDO MODERNO

Marta Peixoto marta@martapeixoto.com.br

Ana Tostões ana.tostoes@tecnico.ulisboa.pt

O século XIX assistiu a um processo gradual de profusão de elementos decorativos nos interiores domésticos, bem como ao aumento quantitativo de mobiliário - que passou a ser organizado de forma menos rígida, tornando muitas salas de estar quase intransitáveis. A coexistência de estilos diferentes se somava a esse quadro.

A acumulação incomodava higienistas, para quem significava impureza; artistas, que acreditavam que o excesso de ornamentos destruiria a arte, e moralistas, para quem a ostentação era inconveniente. Pior do que a quantidade, a qualidade dos objetos que superpovoavam aqueles interiores era duramente criticada. Havia muita falsificação ou mesmo a fabricação de réplicas de objetos como peças arqueológicas ou tapetes orientais.

Diante de tudo isso, a supressão dos excessos e a unidade proposta pela arquitetura moderna do início do século XX pareciam ser um bálsamo necessário, um antídoto vital contra a doença do ecletismo.

A palavra ecletismo deriva do grego *eklektikós*, de *eklego*, que significa "escolher", também presente na origem de *legere*, ler, em latim. Ler, portanto, conhecer e interpretar para escolher. O termo ecletismo se aplica à variedade de estilos que se tornou corrente por volta de 1820 e rompeu com a hegemonia do neoclassicismo - embora a tendência de reviver estilos de períodos passados devesse ser mais propriamente chamada de historicismo.

Olhando mais de perto, no entanto, percebe-se que a casa moderna, projetada em sua totalidade pelos arquitetos da época, nunca foi desprovida de alguma dose de mistura, de alguma impureza, da contaminação de algum "agente externo". Encontram-se tapetes orientais na Villa Tugendhat, assim como ânforas de argila entre as cadeiras Thonet e pinturas puristas nas casas de Le Corbusier, na década de 1920. Já em meados do século, a Casa de Vidro de Lina Bo Bardi é prolífica em misturas equilibradas, assim como o casal Eames exibe uma coleção de peças indígenas com destaque sob o telhado de zinco da Casa nº 8. Na década de 1960, as casas projetadas por Charles Moore para si mesmo beiram o exagero, flertando com o kitsch. O que era a sutil coexistência de diferenças estava se tornando uma tendência. Mas já houve, de fato, uma casa moderna "pura"?

Esta sessão se propõe a discutir os interiores das casas modernas, produzidos entre os anos 1920 e os anos 1970, em seus diferentes graus de pureza. Esperamos trabalhos que tratem dos espaços privados e dos objetos e/ou elementos – ou da constelação deles - da vida cotidiana que os habitam, da forma como arquitetos e usuários atuam para lidar com seu significado cultural, social e político. Aceitamos artigos que interpretem e analisem a domesticidade, considerando a relação entre modernidade, vernacular, ecletismo e hibridismo como campos de reflexão histórica e teórica sobre o discurso arquitetônico do século XX.

35K

O FUTURO DO PRETÉRITO:

PROJETOS, CONCURSOS E REALIDADES (IM)POSSÍVEIS

Sergio Marques sergio.marques@ufrgs.br

Francisco Spadoni spadoni@usp.br

O futuro do pretérito, também conhecido como condicional, é um tempo verbal que indica uma ação que seria ou poderia ser realizada no futuro, mas que é condicionada ou hipotética em relação a uma ação do passado. Ele expressa uma situação que não ocorreu ou que poderia ter ocorrido, frequentemente em contextos de dúvida, possibilidade ou condição.

Projetos utópicos, especulativos, prospectivos e investigativos de “cidades radiantes”, edifícios arquetípicos, protótipos e outras realidades possíveis (ou impossíveis), não só rechearam os ideais do Movimento Moderno, quando em alguns casos, foram o próprio *leitmotiv*. Projetos para concursos, propositivos, competitivos e resilientes de espaços urbanos relevantes, edifícios representativos, cômodos extraordinários, encenaram possíveis realidades e rechearam a cena moderna / contemporânea, ainda que em muitos casos sucumbiram as impossibilidades (diversas) de realização.

A sessão propõe se debruçar sobre esta produção. Projetos (não construídos) concebidos para pensar, incitar, representar ideias e ideais, em atitudes visionárias, reflexivas ou doutrinárias. Projetos (não construídos) desenvolvidos para vencer, superar, alcançar a melhor solução, com esforço do ofício e visão projetual. Projetos na escala do território, paisagem, cidade, edifício ou partes, dedicados a examinar / propor irrealidades significativas, através do processo de concepção como pesquisa (conceituais) ou projetos de concursos dedicados a resolver / construir respostas a realidades relevantes (hipotéticos) interessam nesta discussão.

36K

EM PAPEL E DIGITAL: ARQUIVOS, ACERVOS E DOCUMENTAÇÃO

Sylvia Ficher sficher@unb.br

Eduardo Rossetti eduardo_rossetti@hotmail.com

Esta Sessão Temática propõe um debate sobre acervos, arquivos e documentação de arquitetura e urbanismo, sejam em diferentes materiais ou em suporte digital. Trata-se de assunto premente, vinculado a um processo global de valorização desse tipo de produto, incluindo estratégias de aquisição, modos de armazenamento, tecnologias de digitalização e capacidade de divulgação. Assunto que traz grande potencial para pesquisas sobre um manancial de documentos referentes ao nosso campo profissional, que não pode deixar de ser tratado nos fóruns especializados. Essa temática pode abordar quais políticas institucionais podem ser implementadas, além de enfrentar questões técnicas, questões financeiras e custos, demandas de espaços e equipamentos específicos para armazenamento, preservação, exposição e viabilidade de acesso a pesquisadores. O fenômeno da transferência, por aquisição ou doação, da memória nacional de arquitetura e urbanismo precisa ser debatido com franqueza, uma vez que recentemente nosso campo profissional foi abalado com o deslocamento dos acervos de Lucio Costa e Paulo Mendes da Rocha para a Casa da Arquitectura em Matosinhos, Portugal. Diante dessa nova circunstância, e diante do risco de não haver controle nem entendimentos sobre esse fenômeno, é preciso incrementar uma discussão intrínseca ao campo ampliado da arquitetura e urbanismo. Aos acervos de profissionais da área, em suas diversas instâncias de atuação, devem ser somados os arquivos e bibliotecas de instituições, órgãos de imprensa ou entes federais, estaduais e municipais. As pesquisas historiográficas das últimas cinco décadas consolidaram estudos e análises sobre trajetórias profissionais, histórias institucionais, projetos não construídos, além da exploração de conteúdos de arquitetura e urbanismo publicados em revistas especializadas ou não. Somam-se também como fontes de interesse conexo, filmes e demais produções de suportes audiovisuais. Pesquisas podem ser ampliadas se ainda forem incorporadas como fonte de documentação a produção bibliográfica dispersa em diferentes modalidades de teses, dissertações, artigos e anais de eventos consolidados, tais como o próprio Seminário DOCOMOMO, ENANPARQ, ENANPUR, SHCU, PROJETAR, ARQUIMEMÓRIA e tantos outros. Entre a preservação de coleções documentais, o treinamento de mão de obra especializada para tratar de documentação heterogênea e as novas pesquisas latentes, decorrentes dessa política, defende-se a necessária mudança de paradigmas para tratar do assunto. Para tanto, também interessa debater

uma política nacional de acervos, arquivos e documentação de arquitetura e urbanismo que tenha como referencial os elevados padrões da Getty Foundation, do Canadian Centre for Architecture e da Casa da Arquitectura, para citar apenas algumas das instituições mais conhecidas, com vistas à criação de um centro de referência nacional.

37K

COISAS DO PAULO

Carlos Eduardo Binato de Castro binatodecastro@gmail.com

Paulo Mendes da Rocha (1928-2021) afirmou, em 2018: "Nós estamos condenados à concomitância entre ideia e coisa. A ideia é abstrata porque o outro não sabe nunca. Você tem que transformar em coisa". Para Paulo, o caminho mais curto entre ideia - abstrata - e coisa - concreta - poderia ser um pensamento dito em voz alta, um texto, um desenho ou uma maquete - feitos no (ou de) papel. Entre suas ideias - privadas - e suas obras construídas - públicas -, há outras tantas coisas feitas por Paulo. É interesse desta sessão discutir as coisas não construídas do Paulo, projetos exemplares que permaneceram no papel. Entre os projetos que merecem atenção, há os de escala urbana, como o Centro de Santiago (1972), a Cidade do Tietê (1980), as Baías de Vitória (1993) e de Montevideú (1998), o projeto para as Olimpíadas de Paris 2008 (2000) e de São Paulo 2012 (2003), os equipamentos públicos, como a Casa das Retortas da Companhia de Gás de São Paulo (1977), as Bibliotecas Públicas do Rio de Janeiro (1984) e de Alexandria (1988), o Aquário Municipal de Santos (1991), o Sesc Tatuapé (1996), o Centro de Coordenação Geral do SIVAM (1998), o Pavilhão do Mar (1999), a Praça da República (2001) e a Readequação do Museu Nacional de Belas Artes (2005), e, ainda, os campi universitários, como o da Fundação Getúlio Vargas (1995), a Praça dos Museus da USP (2000), o Campus da Universidade de Vigo (2004) e o Campus Universitário ERSU em Cagliari (2007). Entre os projetos culturais, há o Centro Cultural Georges Pompidou (1971), o Museu de Arte Contemporânea da USP (1975), o Museu Constantini (1997), o Pavilhão Serpentine (2012) e o Museu do Século XX, em Berlim (2015), e, entre os projetos de habitação, há o Parque da Grotta (1974) e as casas G. De Cristófaru (1971), Helena Ometto (1978), Antônio Bueno Neto (1978), Alfredo Luparelli Júnior (1990) e Torre del Gallo (2003). Esta sessão procura trabalhos que analisem criticamente os projetos de Paulo - escritos, desenhados, dobrados, enrolados, cortados ou colados - guardados apenas como coisas no (ou de) papel.

38L

REFORMAS NOTÁVEIS EM CONTEXTOS ORDINÁRIOS

Ana Carolina Pellegrini anapel.arq@gmail.com

Requalificação, reabilitação, remodelação, renovação, *retrofit* e reutilização são termos que abrangem uma ampla gama de projetos de intervenção em edifícios existentes. Embora estas denominações possam parecer imprecisas como conceitos, todas elas implicam um afastamento ou até uma superação dos cânones clássicos da restauração. Além disso, cada uma delas alude a uma modalidade possível de operação de reforma.

Todo projeto arquitetônico, como qualquer ação social, constitui um ato histórico. Nesse contexto, cada construção representa uma intervenção dentro de um quadro preexistente, seja ele cultural, natural ou edificado. As ações voltadas à preservação do patrimônio construído operam dentro de uma lógica razoavelmente codificada, na qual narrativas históricas específicas sobre um determinado objeto concreto são selecionadas como autênticas. Essa seleção impõe uma forma discursiva particular que, ao mesmo tempo, integra e diferencia a estrutura original da nova intervenção, promovendo uma convivência entre memória e novidade dentro de um mesmo edifício. Ao projetar para preservar ou intervir em estruturas

arquitetônicas significativas, geralmente se recorre às recomendações emanadas da Teoria da Restauração.

Projetos de reforma, apesar de corriqueiros, são via de regra subestimados pela crítica e pela historiografia contemporâneas. Diferentemente da restauração, a operação de reforma não conta com um campo teórico autônomo, a ela especialmente dedicado. Enquanto as arquiteturas totalmente novas estabelecem forma e materialidade inéditas ordenadas segundo de uma dada realidade, e a restauração visa a restabelecer um estado autêntico ou ideal (nem sempre claramente determinado), a reforma tem base conservadora, mas propósito transformador.

A reforma trata o texto existente como pretexto e interage com ele mais livremente do que a restauração, envolvendo ações como cortar, adicionar, colar e refazer. O projeto de reforma começa com o exame da condição preexistente e uma necessidade prática de utilização sustentável de uma infraestrutura edificada, uma vez que a demolição e o descarte não apenas geram mais resíduos sólidos, mas também pressupõem o consumo de mais recursos na nova construção. Adaptada a diversas exigências de permanência e, sobretudo, a propósitos econômicos, a reforma prescinde de uma gramática específica ou de resultados previsíveis; liberta-se do papel de coadjuvante ao integrar elementos preexistentes em uma nova realidade na qual, parafraseando Riegl, a novidade se torna um valor patrimonial capaz de suplantar a antiguidade.

Esta sessão propõe a coleta de estudos de caso capazes de estimular o debate acadêmico sobre uma operação de projeto comum, porém frequentemente negligenciada: a reforma. Estão convidados trabalhos que apresentem reformas notáveis em edifícios ordinários, sejam elas reformas modernas de arquiteturas históricas ou reformas contemporâneas de edifícios modernos. Tanto a análise minuciosa da estrutura existente quanto a criação da nova arquitetura são de interesse neste contexto. Interessam à sessão casos nos quais novas arquiteturas, associadas a edifícios mais antigos que não constituam patrimônio cultural, transformam-nos e a si próprias em construções que não apenas merecem interesse, mas também justificam sua preservação.

39L

ARQUITETURA MODERNA E ESTRATIFICAÇÃO: A TRANSFORMAÇÃO COMO VALOR

Claudio Comas Brandão claudio.brandao@eba.ufrj.br

Pedro Murilo Gonçalves de Freitas pfreitas@arq.up.pt

No final do século XX, quando as preocupações com a conservação da arquitetura moderna tornaram-se centrais, surgiram os principais confrontos entre a história de diversas construções, suas relações com as intenções originais de projeto e sua efetiva condição material.

Se, de um lado, a obsolescência dos materiais e seu estado de degradação acelerada convidavam a uma revisão crítica do ideário moderno — especialmente quanto à confiança no progresso técnico e na permanência das soluções construtivas —, de outro, o uso continuado de inúmeros edifícios desde sua construção revela uma dinâmica diferente. Intervenções voltadas a acrescentar ou adequar funções, restituir o desempenho físico de elementos, ou simplesmente responder a demandas alheias às intenções originais dos projetos, tornaram-se recorrentes. O reconhecido papel das comunidades na salvaguarda destes edifícios tem levado a favorecer a importância das chamadas “adaptações comunitárias” como atributos a serem preservados, temática que tem sobressaído nas últimas reuniões do DOCOMOMO Internacional. Esse cenário coloca em questão dimensões caras à arquitetura moderna como patrimônio cultural, reconfigurando critérios ligados à autenticidade projetual, integridade material e autoria — sobretudo em situações marcadas pela ausência ou fragmentação da documentação técnica e histórica.

Enquanto estudos decoloniais têm fornecido, em parte, ferramentas conceituais para incorporar no quadro das obras consagradas aquelas produzidas no Sul Global — sobretudo reivindicando “outras modernidades” —, ainda é rara a discussão de pesquisas que abordem a arquitetura moderna no Brasil como objeto histórico estratificado, sujeito, portanto, à conservação de marcas, alterações, transformações de uso e adaptações que carregam valores intrínsecos. Portanto, permanece em aberto campo fértil voltado à compreensão do acervo moderno a partir de suas camadas acumuladas ao longo do tempo, por vezes ainda a revelar pelo exame dos documentos, do corpo dos edifícios e das relações entre os atores sociais que os produziu sucessivamente até hoje.

Isso se evidencia com particular força nos exemplares pouco conhecidos que compõem a vasta massa construída do modernismo brasileiro — muitas vezes à margem do reconhecimento no campo, mas cuja trajetória de transformações também se observa em obras de valor arquitetônico consagrado. A necessidade de adotar novas abordagens de conservação — especialmente em face da emergência climática, que exige soluções mais flexíveis e sustentáveis — abre espaço para reavaliações que incorporem, mesmo no âmbito da economia de recursos, da eficiência energética, e do projeto “baseado em valores”, novas estratégias de salvaguarda, documentação e gestão da conservação destas transformações, estimulando-se conceitos de “adaptação à mudança” como atributo cultural. Obras que permanecem em pé, mesmo com alterações, desafiam visões que ainda se orientam por ideias de pureza projetual ou retorno a um estado original.

Esta sessão propõe o desafio de recuperar trabalhos e pesquisas que permitam identificar transições e metamorfoses da arquitetura moderna no uso, na linguagem, nas tecnologias construtivas, ou mesmo na incorporação de acréscimos e modificações ao longo do tempo. Propõe-se estimular o debate de casos no qual o exame das edificações modernas permitiu a incorporação e inclusão de novos valores, enquanto fases, etapas de construção, discursos e problemas para o enfrentamento de sua preservação no século XXI.

40L

ARQUITETURA SOB AMEAÇA: DEMOLIÇÕES E RESISTÊNCIAS NA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO MODERNO

Maisa Fonseca de Almeida maisafonseca@usp.br

Bárbara Guazzelli Gonçalves barbara.guazzelli@gmail.com

O patrimônio da arquitetura moderna encontra-se hoje em uma encruzilhada crítica. Ao mesmo tempo em que cresce o reconhecimento institucional e acadêmico de seu valor histórico, artístico e cultural, multiplicam-se os casos de descaracterização, abandono e demolição de edifícios e conjuntos significativos, motivados por interesses imobiliários, negligência pública ou visões limitadas de progresso urbano. Esta sessão propõe um espaço de reflexão e debate sobre os conflitos contemporâneos em torno da permanência — ou demolição — do patrimônio moderno, com ênfase nas ações de resistência promovidas por comunidades, coletivos de arquitetos, movimentos sociais, pesquisadores e instituições.

O objetivo é reunir experiências e análises que problematizem os processos de apagamento de obras modernas — demolidas parcial ou integralmente, ou ainda ameaçadas — e, em contrapartida, se concentrem em estratégias de enfrentamento e de reinvenção crítica da noção de preservação. A sessão tem como objetivo receber trabalhos que reflitam sobre estudos de caso de diferentes regiões, ampliando a compreensão dos fatores políticos, econômicos, culturais e afetivos que incidem sobre o destino de bens modernos. É de especial interesse observar como determinadas iniciativas, mesmo quando não exitosas do ponto de vista jurídico-institucional, produzem contranarrativas e ativam redes de memória e pertencimento que desafiam a lógica do esquecimento.

Pretende-se também abrir espaço para abordagens que explorem o papel das tecnologias digitais, das linguagens visuais e dos dispositivos narrativos na construção de novos repertórios de sensibilização e mobilização social em defesa do patrimônio. A sessão enseja fomentar o cruzamento entre investigações acadêmicas, práticas de ativismo urbano e experiências pedagógicas, reconhecendo o valor político da memória e da escuta coletiva na constituição de um campo ampliado da preservação.

No contexto do 16º DOCOMOMO Brasil, esta sessão convida à reflexão sobre os modos como o patrimônio moderno é atravessado por disputas que revelam camadas de desigualdade e silenciamento. Afinal, o que se demole quando se derruba um edifício moderno? Quais vozes são desconsideradas? E quais formas de resistência emergem como contrafluxo à lógica do apagamento?

Ao reunir pesquisas e práticas que se debruçam sobre esses embates, a sessão visa mapear perdas e ameaças, e destacar os modos de agir e imaginar coletivamente outras possibilidades de permanência, cuidado e reapropriação crítica do legado moderno. Assim, a proposta se insere em uma perspectiva de preservação expandida, comprometida com a complexidade dos vínculos afetivos, políticos e urbanos que sustentam a arquitetura moderna no presente.

41L

REABILITAR PARA HABITAR: O PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO DOS CENTROS BRASILEIROS

Marcia Cavalcante marciacavalcante@daud.ufc.br

Helena Aparecida Ayoub Silva lena.ayoub@usp.br

O objetivo da sessão é compartilhar os resultados da reabilitação do patrimônio edificado moderno em função das políticas de requalificação urbana com fins habitacionais nas áreas centrais das principais metrópoles brasileiras.

O declínio dos Centros urbanos originais resulta de uma série de fatores como as mudanças econômicas globais, a emergência dos centros periféricos e a facilitação da mobilidade individual. A centralidade única foi substituída por novas formas de organização territorial, sendo transformadas em cidades com centralidades múltiplas: centros empresariais, zonas industriais, centros comerciais, zonas de moradia (Ascher, 2001). As principais capitais brasileiras, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife, foram objeto de estudo de VILLAÇA (2001) que afirma que os centros urbanos secundários são regidos pelos princípios do mercado, de acordo com a lógica das migrações internas das classes média e alta, sob o domínio dos interesses do setor imobiliário. Desta forma os deslocamentos habitacionais alteraram sobremaneira os centros originais destas metrópoles desencadeando uma monofuncionalidade comercial e conseqüentemente a desocupação, desvalorização e subutilização do patrimônio construído.

Ademais as questões relacionadas à popularização das áreas centrais contribuem para a desvalia destas áreas e a baixa demanda por ocupação do patrimônio edificado, contribuindo para o seu abandono pelo mercado imobiliário e impondo políticas públicas de incentivos fiscais e econômicos além da intervenção direta do estado nesta requalificação. Têm sido elaborados planos, iniciativas da sociedade civil e governamentais, com o objetivo de transformar esta subocupação de maneira a minimizar os efeitos negativos na qualidade de vida urbana, principalmente nos aspectos de mobilidade e sustentabilidade.

Um dos vetores de ação destas iniciativas públicas é aumentar a densidade demográfica nas áreas centrais, impondo, conseqüentemente, uma conversão, para o uso residencial, das edificações existentes. A reabilitação do patrimônio edificado moderno para fins habitacionais, que compõe uma grande parte do território das capitais nacionais, tem sido implementada em algumas capitais brasileiras. Como exemplo mais emblemático temos o Centro Histórico de São Paulo onde, com o incentivo do projeto Requalifica Centro, têm sido reformados vários edifícios, tais como, os edifícios Renata Sampaio Ferreira (1956) do

arquiteto Oswaldo Bratke e a sede da TELESP (1939) do escritório Ramos de Azevedo, Severo & Villares, ambos tombados como Patrimônio Histórico. E também a reabilitação de edifícios para Habitação de Interesse Social como o Edifício Prestes Maia e o Hotel Cambridge.

Portanto propõe-se fazer um estudo com uma abordagem mais integrada, a nível nacional, com pesquisadores envolvidos nas discussões das estratégias habitacionais para centros metropolitanos e seus impactos no patrimônio moderno edificado. Como resultado pretende-se identificar soluções inovadoras e a ampliação da participação da sociedade civil e do setor imobiliário nas demandas de reabilitação do patrimônio moderno das áreas centrais brasileiras.